



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXVI — Nº 158

QUINTA-FEIRA, 3 DE DEZEMBRO DE 1981

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 329.^a SESSÃO CONJUNTA, EM 2 DE DEZEMBRO DE 1981

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO NABOR JÚNIOR — Proposta de Emenda à Constituição n.º 62/81, que altera o art. 98 da Constituição Federal, para o fim de assegurar aos servidores públicos o reajuste semestral de seus vencimentos.

DEPUTADO RUY CÔDO — Considerações sobre a matéria constante do primeiro item da Ordem do Dia da presente Sessão.

DEPUTADO MILTON BRANDÃO — Apoio de S. Ex.^a à tese do orador que o antecedeu na tribuna, quanto à importância do ensino pré-escolar. Apelo ao Sr. Ministro do Interior objetivando a solução do problema da escassez de água potável no interior do Piauí.

DEPUTADO FLORIM COUTINHO — Denúncia de favoritismo concedido à firma francesa Michelin, quando de sua instalação em Campo Grande — RJ.

DEPUTADO ANTÔNIO MAZUREK — Carta de Guaira, documento elaborado pela Câmara Municipal local, contendo sugestões e reivindicações daquela localidade e de outros municípios do Oeste paranaense.

DEPUTADO CELSO PEÇANHA — Defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição n.º 62/81, referente a concessão do reajuste salarial semestral aos servidores públicos.

DEPUTADO MILTON FIGUEIREDO — Atuação de S. Ex.^a junto a órgãos do Governo visando a construção de obras públicas que menciona, no Estado de Mato Grosso.

DEPUTADO VICTOR FACCIONI — Homenagem a D. Vicente Scherer, no momento em que aquele prelado se afasta definitivamente do Arcebispado de Porto Alegre.

DEPUTADO EDISON LOBÃO — IV Encontro de Radiodifusores do Nordeste. Solidariedade de S. Ex.^a a colocações contidas nos discursos dos Srs. Ruy Codo e Milton Brandão, proferidos no início da presente Sessão.

DEPUTADO ALBÉRICO CORDEIRO — Entraves burocráticos intencionalmente colocados na execução do programa governamental de desestatização, por servidores de escalões inferiores.

DEPUTADO ALUIZIO BEZERRA — Manifesto de parlamentares brasileiros, contrários a ameaças norte-americanas de intervenção em países da América Central.

DEPUTADO MODESTO DA SILVEIRA — Transcurso do "Dia da Consciência Negra".

DEPUTADO JOSÉ FREJAT — Data Nacional da Iugoslávia.

DEPUTADO JOEL LIMA — Irrisoriêdade das bolsas de estudo concedidas aos estudantes pelo MEC. Apelo ao Ministro da Justiça no sentido da cessão à Justiça do Trabalho de prédio da Justiça Federal, localizado em Niterói — RJ.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS VASCONCELOS — Observações sobre o posicionamento do Sr. Ministro Delfim Netto, no concernente à taxaão de produtos supérfluos aprovada pelo Congresso Nacional, visando suprir déficit da Previdência Social.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.2.3 — Ofício

De presidente de comissão mista, referente à prorrogação de prazo para apresentação de parecer. **Deferido.**

1.3 — ORDEM DO DIA

— Proposta de Emenda à Constituição n.º 46/81, que dá nova redação ao art. 15, § 3.º, alínea "f", e ao art. 177, § 1.º, da Constituição Federal. **Votação adiada** por falta de "quorum".

— Proposta de Emenda à Constituição n.º 47/81, que altera a redação dos arts. 23, 25 e 26 da Constituição Federal. **Votação adiada** por falta de "quorum".

1.5 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 330.^a SESSÃO CONJUNTA, EM 2 DE DEZEMBRO DE 1981

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO MILTON BRANDÃO — Considerações sobre a matéria constante da Ordem do Dia da presente Sessão. Apelo ao Governo no sentido da concessão de créditos ao Nordeste

DEPUTADO VICTOR FACCIONI — Fabricação do caminhão RK-435, pela Randon S.A., Veículos e Implementos.

DEPUTADO MODESTO DA SILVEIRA — Últimos acontecimentos políticos no País. Apoio ao reajuste semestral para os funcionários públicos. Documento de reivindicações, recebido do Secretariado Parlamentar.

DEPUTADO RUY CÔDO — Condenação pelo Supremo Tribunal Federal do Sr. Genival Tourinho. Apoio à matéria constante da Ordem do Dia da presente Sessão.

DEPUTADO OLIVIR GABARDO — Reajuste semestral para o funcionalismo público. Manifesto das Confederações de Servidores Públicos do Brasil.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

MARCOS VIEIRA

Diretor Executivo

FRANCISCO OLÍMPIO PEREIRA MARÇAL

Diretor Industrial

GERALDO FREIRE DE BRITO

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 2.000,00
 Ano Cr\$ 4.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 3.500 exemplares

DEPUTADO GETÚLIO DIAS — Considerações sobre a condenação do Sr. Genival Tourinho pelo Supremo Tribunal Federal.

DEPUTADO HÉLIO DUQUE — Condenação do Sr. Genival Tourinho. Alusão à Proposta de Emenda à Constituição que institui reajuste semestral ao funcionalismo público.

DEPUTADO IRANILDO PEREIRA — Condenação do Deputado Genival Tourinho. Considerações sobre a matéria constante da Ordem do Dia.

SENADOR MARCOS FREIRE, como Líder — Matéria constante da Ordem do Dia. Fatos envolvendo o Deputado Genival Tourinho e o Senador Teotônio Vilela.

SENADOR AFFONSO CAMARGO, como Líder — Fatos que atingiram o Deputado Genival Tourinho e o Senador Teotônio Vilela. Matéria constante da Ordem do Dia.

DEPUTADO JUAREZ FURTADO, como Líder — Matéria constante da Ordem do Dia.

DEPUTADO AIRTON SOARES, como Líder — Matéria constante da Ordem do Dia.

DEPUTADO JORGE CURY, como Líder — Posição do seu partido em relação à matéria constante da Ordem do Dia.

DEPUTADO RUBEM DOURADO, como Líder — Solidariedade ao Deputado Genival Tourinho. Matéria constante da Ordem do Dia.

DEPUTADO ALCEU COLLARES, como Líder — Solidariedade ao Deputado Genival Tourinho e ao Senador Teotônio Vilela, pelos fatos que menciona. Matéria constante da Ordem do Dia.

2.3— ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição n.º 62, de 1981, que altera o art. 98 da Constituição Federal. **Votação adiada** por falta de "quorum", após usarem da palavra os Srs. Renato Azeredo, Humberto Lucena e Freitas Nobre.

3 — ENCERRAMENTO

4 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Sr. Deputado Albérico Cordeiro, proferido na sessão de 28-9-81.

ATA DA 329.^a SESSÃO CONJUNTA, EM 2 DE DEZEMBRO DE 19813.^a Sessão Legislativa Ordinária, da 46.^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. PASSOS PÓRTO

AS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guimard — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Martins Filho — Cunha Lima — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — José Calzeta — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Benedito Canelas — Valdon Varjão — Vicente Vuolo — José Fragelli — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Rêcha — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Pedro Simon.

E os Srs Deputados:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nabor Júnior — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Joel Ferreira — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Rafael Faraco — PDS; Ubaldino Meirelles — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Jader Barbalho — PMDB; João Menezes — PP; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PP; Manoel Ribeiro — PDS; Nélio Lobato — PP; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Andrade — PDS.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Edson Vidigal — PP; Epitácio Cafeteira — PMDB; Freitas Diniz — PT; João Alberto — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Luiz Rocha — PDS; Marão Filho — PDS; Nagib Haickel — PDS; Temístocles Teixeira — PMDB; Victor Trovão — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Carlos Augusto — PP; Hugo Napoleão — PDS; João Climaco — PDS; Joel Ribeiro — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Pinheiro Machado — PP.

Ceará

Adauto Bezerra — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Antônio Moraes — PP; Cesário Barreto — PDS; Claudino Sales — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS;

Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Paulo Studart — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PDS; Carlos Alberto — PDS; Djalma Marinho — PDS; Henrique Eduardo Alves — PP; João Faustino — PDS; Pedro Lucena — PP; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Ademar Pereira — PDS; Alvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Antônio Mariz — PP; Arnaldo Lafayette — PMDB; Carneiro Arnaud — PP; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Marcondes Gadelha — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Wilson Braga — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Joaquim Guerra — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Marcus Cunha — PMDB; Milvernes Lima — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fluzza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PP; Thales Ramalho — PP.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Antônio Ferreira — PDS; Geraldo Bulhões; José Alves — PDS; José Costa — PMDB; Mendonça Neto — PMDB; Murillo Mendes — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PMDB; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Raymundo Diniz — PDS; Tertuliano Azevedo — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Ana — PP; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Henrique Brito — PDS; Hilderico Oliveira — PMDB; Honorato Vianna — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Amorim — PDS; José Penedo — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Menandro Minahim — PDS; Ney Ferreira — PDS; Odulfo Domingues — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Rogério Rego — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Roque Aras — PMDB; Ruy Bacelar — PDS; Stoessel Dourado — PDS; Ubaldo Dantas — PP; Vasco Neto — PDS; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Christiano Dias Lopes — PDS; Feu Rosa — PDS; Gerson Camata — PMDB; Luiz Baptista — PP; Mário Moreira — PMDB; Max Mauro — PMDB; Theodorico Ferraço — PDS; Walter de Prá — PDS.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Alcir Pimenta — PP; Alvaro Valle — PDS; Célio Borja — PDS; Celso Peçanha — PMDB; Daniel Silva — PP; Darcílio Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PP; Délio dos Santos — PMDB; Edson Khair — PMDB; Felipe Penna — PMDB; Florim Coutinho — PMDB; Hydekell Freitas — PDS; Joel Lima — PP; Joel Vivas — PP; Jorge Cury — PTB; Jorge Gama — PMDB; Jorge Moura — PP; José Bruno — PP; José Frejat — PDT; José Maria de Carvalho — PMDB; José Mauricio — PDT; José Torres — PDS; Lázaro Carvalho — PP; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PP; Mac Dowell Leite de Castro — PP; Marcello Cerqueira — PMDB; Márcio Macedo — PP; Miro Teixeira — PP; Modesto da Silveira — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Oswaldo Lima — PP; Paulo Rattes — PMDB; Paulo Torres — PP; Pedro Faria — PP; Peixoto Filho — PP; Péricles Gonçalves — PP; Rubem Dourado — PP; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Silva — PMDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Altair Chagas — PDS; Antônio Dias — PDS; Batista Miranda — PDS; Bento Gonçalves — PP; Bias Fortes — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PP; Castejon Branco — PDS; Christovam Chiaradia — PDS; Dário Tavares — PP; Delson Scarano — PDS; Edgard Amorim

— PMDB; Edilson Lamartine Mendes — PDS; Fued Dib — PMDB; Genival Tourinho — PP; Hélio Garcia — PP; Hugo Rodrigues da Cunha — PDS; Humberto Souto — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Ferraz — PP; Jorge Vargas — PP; José Carlos Fagundes — PDS; Juarez Batista — PP; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PP; Luiz Baccarini — PP; Luiz Leal — PP; Luiz Vasconcellos — PDS; Magalhães Pinto — PP; Melo Freire — PP; Moacir Lopes — PP; Navarro Vieira Filho — PDS; Newton Cardoso — PP; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Renato Azeredo — PP; Ronan Tito — PMDB; Roseburgo Romano — PP; Sérgio Ferrara — PP; Silvio Abreu Jr. — PP; Tarcísio Delgado PMDB; Telêmaco Pompei — PDS; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Adhemar de Barros Filho — PDS; Ailton Sandoval — PMDB; Ailton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Alberto Goldman — PMDB; Antônio Russo — PMDB; Antônio Zacharias — PDS; Athiê Coury — PDS; Audálio Dantas — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Baldacci Filho; Benedito Marcílio — PT; Bezerra de Melo — PDS; Caio Pompeu — PP; Cantídio Sampaio — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cardoso de Almeida — PDS; Carlos Nelson — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Erasmo Dias — PDS; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Francisco Rossi — PDS; Freitas Nobres — PMDB; Glória Júnior — PDS; Henrique Turner — PDS; Herbert Levy — PP; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novae — PMDB; Jayro Maltoni — PDS; João Arruda — PDS; João Cunha — PMDB; Jorge Paulo — PDS; José Camargo — PDS; Maluly Netto — PDS; Mário Hato — PMDB; Natal Gale — PDS; Octacílio Almeida — PMDB; Octávio Torrecilla — PDS; Pacheco Chaves — PMDB; Pedro Carolo — PDS; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Carvalho — PDS; Ruy Códó — PMDB; Ruy Silva — PDS; Samir Achôa — PMDB; Santilli Sobrinho — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valter Garcia — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Anísio de Souza — PDS; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Francisco Castro — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Guido Arantes — PDS; Hélio Levy — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Rezende Monteiro — PDS; Siqueira Campos — PDS.

Mato Grosso

Bento Lobo — PP; Carlos Bezerra — PMDB; Corrêa da Costa — PDS; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Louremberg Nunes Rocha — PP; Milton Figueiredo — PP.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — PT; João Câmara — PMDB; Leite Schimidt — PP; Ruben Figueiró — PP; Walter de Castro.

Paraná

Adolpho Franco — PDS; Adriano Valente — PDS; Alvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Amadeu Geara — PMDB; Antônio Annibelli — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Ary Kiffuri — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Borges da Silveira — PP; Braga Ramos — PDS; Ernesto Dall'Oglio — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Heitor Alencar Furtado — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hermes Macedo — PDS; Igo Losso — PDS; Ítalo Conti — PDS; Lúcio Cioni — PMDB; Mário Stamm — PP; Mauricio Fruet — PMDB; Nivaldo Krüger — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Pimentel — PTB; Pedro Sampaio — PP; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Vilela de Magalhães — PTB; Walber Guimarães — PP; Waldmir Belinati — PDS.

Santa Catarina

Abel Ávila — PDS; Adhemar Ghisi — PDS; Angelino Rosa — PDS; Arnaldo Schmitt — PP; Ernesto de Marco — PMDB; Francisco Libardoni — PMDB; João Linhares — PP; Juarez Furtado — PMDB; Luiz Cechinel — PT; Mendes de Melo — PP; Nelson Morro — PDS; Pedro Collin — PDS; Pedro Ivo — PMDB; Sady Marinho — PDS; Walmor de Luca — PMDB; Zany Gonzaga — PDS.

Rio Grande do Sul

Alcebiades de Oliveira — PDS; Alceu Collares — PDT; Aldo Fagundes — PMDB; Alexandre Machado — PDS; Aluizio Paraguassu — PDT; Ary Alcântara — PDS; Cardoso Fregapani — PMDB; Carlos Chiarelli — PDS; Carlos Santos — PMDB; Cláudio Strassburger — PDS; Darcy Pozza — PDS; Eloor Guazelli — PMDB; Eloy Lenzi — PDT; Emídio Perondi — PDS; Fernando Gonçalves — PDS; Getúlio Dias — PDT; Harry Sauer — PMDB;

Jairo Brum — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lidovino Fanton — PDT; Magnus Guimarães — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Odacir Klein — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Túlio Barcellos — PDS; Victor Faccioni — PDS; Waldir Walter — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Rondônia

Isaac Newton — PDS; Jerônimo Santana — PMDB.

Roraima

Hélio Campos — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 61 Srs. Senadores e 409 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Congresso Nacional tem hoje, mais uma vez, valiosa oportunidade de reafirmar-se perante a opinião pública como um Poder soberano e sensível aos grandes problemas sociais dos trabalhadores. Ao apreciar a proposta de emenda à Constituição que estende aos servidores o reajuste salarial semestral, estaremos corrigindo uma tremenda injustiça, a discriminação odiosa e incompreensível praticada contra milhares de chefes de família.

Não se compreende, efetivamente, que uma lei marginalize, de propósito, um contingente expressivo como é o funcionalismo. Ao fazê-lo, o Governo atentou contra os mais elementares deveres de justiça e equidade — o que vem trazendo desalento, miséria e desestímulo a seus próprios trabalhadores.

Ainda estão presentes, em nossas memórias, os momentos gloriosos vividos por esta Casa na apreciação do "pacote" previdenciário, quando soubemos salvar os aposentados da agressão desumana que se arquitetava contra seus últimos dias de vida. Trabalhando, acima de tudo, com altivez e espírito social, não decepçamos a massa de anciãos que acompanharam, das galerias, os entendimentos que resultaram na solução menos injuriosa.

Hoje, o Congresso Nacional pode repetir tal atitude.

Mais uma vez, está em foco relevante questão de justiça social; mais uma vez, representantes dos prejudicados acompanham, ordeira e atentamente, os trabalhos — confiantes em que o Legislativo não vai decepcionar suas esperanças.

A concessão do aumento semestral ao funcionalismo é medida da mais elemental justiça. O próprio Governo admite isso, mas alega, invariavelmente, "falta de recursos" para corrigir tal discriminação.

Enquanto isso, o Governador de São Paulo freta um DC-10 e, à frente de alegre comitiva, faz turismo no Havaí, Japão, Iraque, Roma e onde mais o piloto encontrava uma pista de pouso disponível. Outros governadores adotaram o mesmo pretexto e partem para o exterior, gozando temporadas festivas à custa dos cofres públicos. O Ministro do Planejamento, apesar das juras que faz, de pobreza monástica, chegou dias atrás da Europa — ou dos Estados Unidos, ninguém consegue mais acompanhar Sua Excelência! O Ministro Delfim Netto, dizia eu, mal chegou de um périplo internacional e já parte novamente, agora rumo ao Japão. De lá, visitará Estados Unidos e Europa.

Outros Ministros viajaram, estão viajando ou partem nos próximos dias para atender a compromissos que o Itamaraty estaria integralmente habilitado a cumprir, através de seus eficientes diplomatas.

E o Governo diz que não tem dinheiro para fazer justiça a seus próprios trabalhadores. Acredito, realmente, que seja verdade, porque deve sobrar muito pouco, depois de um ano inteiro de viagens milionárias — usufruídas por tecnocratas de todos os escalões.

A proposta do nobre Senador Affonso Camargo, que votaremos dentro de instantes, mereceria apenas um reparo, pela sua timidez: ao invés de garantir apenas o reajuste semestral ao funcionalismo, deveria ordenar também o pagamento do 13.º salário à classe; corrigiria, destarte, uma injustiça ainda mais antiga, uma discriminação que fere fundo a alma do servidor.

De todo modo, estamos presentes.

Existe **quorum** para votação, desde que os nobres representantes do PDS cumpram seu dever de ficar em plenário e justificar sua situação majoritária. A Oposição é minoria, por enquanto — e não pode aprovar projetos constitucionais.

Confiemos, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em que a importância do assunto compila os representantes de todos os partidos

— do Governo e da Oposição — a se unirem mais uma vez, dando ao funcionalismo um presente de Natal.

Que vem tarde, mas será sempre bem-vindo. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ruy Codo.

O SR. RUY CODO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Congresso Nacional esta manhã reúne-se para votar a Emenda n.º 46, que trata da educação pré-escolar.

Sr. Presidente, coincidentemente, o *Correio Braziliense* de hoje traz estampada na sua página 7, sob o título: "Educação básica, a prioridade", entrevista do Sr. Ministro da Educação e Cultura, Rubem Ludwig, que anuncia naturalmente a necessidade da criação das pré-escolas e da aplicação dos recursos nas pré-escolas.

Gostaria, Sr. Presidente, que ficasse consignado nos Anais do Congresso Nacional a fala do Sr. Ministro, onde ele diz:

"A educação básica, formal e não formal, centrada no primeiro grau, nela incluído o pré-escolar, é a prioridade estabelecida pelo Ministro da Educação e Cultura, Rubem Ludwig, ao fazer uma análise do seu primeiro ano à frente do Ministério.

Para que o pré-escolar seja uma realidade na rede oficial de ensino a partir de 1982, o MEC investirá 3,5 bilhões de cruzeiros do seu orçamento. Para esse mesmo setor investiu-se em 1981 40 milhões de cruzeiros.

Ao analisar seu primeiro ano à frente do MEC, comemorado no último dia 27, o ministro Rubem Ludwig afirmou que "os 12 primeiros meses foram de reestruturação, para preparar o MEC para agir eficiente, descentralizada e com melhor aplicação dos recursos."

Mais abaixo, Sr. Presidente, ele fala justamente dos municípios. Que o município é que tem que ter essa responsabilidade do ensino básico. O ensino básico que chamo no momento, Sr. Presidente, é o ensino pré-escolar.

Então, o que quer a nossa emenda? A nossa emenda tira aquela aplicação dos 20% no ensino primário e passa para o pré-escolar, atendida, naturalmente, depois do projeto ter, no ano passado, tramitado nesta Casa e não ter sido aprovado por falta de onze Srs. Parlamentares que não estavam presentes. E todos que estavam presentes votaram favoravelmente. Tanto é verdade, que o nobre Deputado representante do Pará, vice-Líder do Governo, Jorge Arbage, na discussão que ofereceu a nossa emenda, foi contrário justamente ao parecer do ilustre Senador Aderbal Jurema, que deu parecer contrário a nossa emenda.

É uma emenda nacional, é uma emenda de todos os pais, de todas as crianças, aquelas que precisam justamente começar, dar os primeiros passos na escola, porque há uma declaração, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, da ilustre Diretora do Ensino Fundamental do MEC, Dr.ª Ana Bernardes, quando depunha na CPI do Menor, e essa declaração é muito clara, cristalina, é muito importante essa declaração de S. S.ª, quando ela diz que quarenta e três por cento das crianças no 1.º e 2.º anos do 2.º grau são repetentes. Por quê? Porque não se alimentam, não estão devidamente preparadas.

É a razão por que faço um apelo a todos os Srs. Congressistas: daqui a pouco, dentro de mais vinte minutos, iniciaremos a votação dessa emenda salvadora.

É uma emenda que vai colocar as coisas nos devidos lugares. Hoje, nós temos esse dispositivo nas mãos, mas não usamos. Meus Deuses do Céu! Aqui estão as declarações do Ministro da Educação sobre a necessidade dessa pré-escola. E quem deverá propiciá-la? É o município. O município sabe onde está a carência, onde estão as necessidades. É ali que reside tudo. No município gera-se a riqueza e também gera-se a miséria, gera-se a pobreza.

Peço a V. Ex.ª, Sr. Presidente, que faça parte integrante do meu discurso a declaração do Sr. Ministro, e também a declaração do Prefeito da Cidade de Rio Claro, que me encaminha até fotografias da escola. É uma declaração sobre a pré-escola, é um documento que deve ser registrado, para que esta Casa dele tome conhecimento.

Muito obrigado! Tenho a certeza de que todos os parlamentares comparecerão, neste instante, ao plenário, para votar a Emenda n.º 46. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. RUY CODO, EM SEU DISCURSO.

EDUCAÇÃO BÁSICA, A PRIORIDADE

Ludwig anuncia que o primeiro grau terá Cr\$ 3,5 bi do MEC durante 82

A educação básica, formal e não formal, centrada no primeiro grau, nela incluído o pré-escolar, é a prioridade estabelecida pelo

ministro da Educação e Cultura, Rubem Ludwig, ao fazer uma análise do seu primeiro ano à frente do Ministério.

Para que o pré-escolar seja uma realidade na rede oficial de ensino a partir de 1982, o MEC investirá 3,5 bilhões de cruzeiros do seu orçamento. Para esse mesmo setor investiu-se em 1981, 40 milhões de cruzeiros.

Ao analisar seu primeiro ano à frente do MEC, comemorado no último dia 27, o ministro Rubem Ludwig afirmou que "os 12 primeiros meses foram de reestruturação, para preparar o MEC para agir eficiente, descentralizadamente e com melhor aplicação dos recursos".

Definições

"O primeiro passo" — disse — "foi definir as prioridades e a principal foi o ensino básico, nele incluídos o pré-escolar e o desenvolvimento cultural, dirigidos basicamente para as populações de baixa renda nas periferias das cidades e na zona rural".

O segundo passo foi modernizar administrativamente o MEC. Até o dia 31 de dezembro deste ano, o ministro submeterá à Presidência da República o projeto de modernização administrativa do qual participam a Secretaria de Planejamento e o Ministério Extraordinário de Desburocratização.

Ludwig já determinou a extinção de alguns órgãos e a fusão de outros. Criou, através de portaria, a Secretaria de Cultura, reorganizando o setor cultural e extinguindo a Secretaria de Assuntos Culturais e a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que passaram a se estruturar em duas vertentes: a do fazer e a do bem cultural.

Fundações

Ainda dentro deste processo, foram criados o Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação e a FUNTEVE — Fundação Nacional de Televisão. Dentro de mais alguns dias será criada outra fundação, a de Assistência ao Estudante, resultado da fusão da Fundação Nacional de Material Escolar, da Campanha Nacional de Alimentação Escolar e do Departamento de Assistência ao Estudante.

Essa fundação dará apoio ao educando carente em um sistema unificado, centralizado em Brasília, e será adaptada às características específicas de cada região sócio-econômica, contribuindo para a autonomia político-administrativa das unidades federadas.

Dentro da política de descentralização, afirmou o ministro, os primeiros passos já começaram a ser dados. Semana passada o MEC repassou aos Estados Cr\$ 700 milhões para o pré-escolar. O convênio assinado entre o MOBRL e as secretarias estaduais permitirá que já no começo do ano as crianças carentes compreendidas na faixa etária dos quatro aos seis anos ingressem nas escolas da rede oficial.

Municípios

Adiantou o ministro da Educação que o redirecionamento do MOBRL para atuar nessa área deve-se ao fato dele já estar implantado em todos os municípios. "Vamos partir com o que temos. Esta é a política". O MEC aproveitará a infra-estrutura já existente nos Estados e municípios e atuará junto à comunidade, utilizando material de sucata e os espaços disponíveis já existentes. Este programa (PROAPE) do pré-escolar foi pioneiro no Estado de Pernambuco. Segundo dados apresentados ao ministro pelo responsável do programa, Vital Didonet, os resultados são favoráveis para que se expanda a experiência a todo o Brasil.

Ainda dentro da faixa de reestruturação, o Ministro Ludwig, ao definir as prioridades, repassou aos Estados a merenda escolar, porque "havia queixas de que a merenda centralizada produzia, às vezes, situações incríveis, como por exemplo, mandar alimentos para certas regiões do Nordeste que não faziam parte da dieta daquelas crianças, e que conseqüentemente não eram consumidas".

"Decidimos repassar a obrigatoriedade aos estados, dando os recursos, e através deste método pode-se diferenciar a merenda escolar das crianças do Rio Grande do Sul das do Piauí, por exemplo" — disse Ludwig.

Universidade

De acordo com o ministro, a prioridade do MEC para a área do ensino básico não implica que o Ministério da Educação e Cultura esteja propenso a abandonar o ensino superior, privatizar ou fechar as universidades. Segundo ele, alguns setores malevolamente afirmaram isso, mas trata-se de absurdo tão grande que ele não se preocupou sequer em responder.

— "O que ocorre" — disse — "é a avaliação de estruturas e isso atingiu também as universidades. Ao Conselho Federal de Educação propus estudos sobre as vantagens e desvantagens da implantação do ensino superior pago no País, sobre os regimes jurídicos administrativos das universidades autárquicas e das fundações e ainda a respeito das formas de atendimento ao aluno carente de terceiro grau".

Estruturação

A reforma estrutural da universidade brasileira permitirá que seja extinta a dualidade de regimes e com isso situações anômalas poderão ser evitadas.

A situação anônima a que se refere o Ministro Rubem Ludwig são as greves enfrentadas em um ano de Ministério. A primeira, dos 35 mil professores universitários, que já havia sido deflagrada quando assumiu o MEC, foi solucionada com a execução do plano de carreira do magistério. Este movimento o ministro o considerou justificável. Não a greve em si, mas as reivindicações.

Ao referir-se à greve, Rubem Ludwig afirmou ser um processo que "me parece extremo e, curiosamente, uma classe das mais elitizadas do País, das mais avançadas em termos intelectuais, fez o apelo mais freqüente a esses recursos extremos".

— "Daí por que eu reafirmo que se pretende mudar a estrutura da universidade brasileira não para acabar com a greve, mas para que o sistema universitário tenha melhor qualidade de ensino e para que este ensino tenha condições de desenvolver-se em melhores condições, a um nível que todos desejamos" — comentou Ludwig.

Ilegalidade

Sobre a greve deflagrada a 11 de novembro deste ano, Ludwig considerou-a ilegal em todos os aspectos, visto que os professores foram por ele recebidos no dia seis, apresentaram suas reivindicações e não esperaram a resposta do MEC. Eles pediam reajuste de 45% sobre seus salários, reposição com efeito retroativo a março deste ano e aumento semestral. Antes da resposta e antes mesmo da audiência, algumas universidades já haviam deflagrado a paralisação.

Disse ainda o ministro que essa greve foi também impulsionada por conflitos existentes entre os líderes da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior, que utilizaram a mobilização com outras motivações.

Finalizou o ministro destacando que este primeiro ano foi de reestruturação, mesmo porque numa área como esta as implicações políticas também pesam. "Eu nunca tinha entendido tão bem quanto entendo agora que o cargo de ministro é eminentemente um cargo político, como todos dizem, e eu já tinha ouvido".

PROFESSORES AGORA QUEREM REIVINDICAR COM AUDIÊNCIA

A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) enviou ontem ofício ao Ministro Rubem Ludwig, da Educação, solicitando audiência para a sua diretoria a fim de recomendar a discutir as reivindicações do movimento nacional dos docentes universitários das universidades autárquicas.

De acordo com o ofício os pontos a serem revistos são: reposição salarial integral e reajuste semestral de salários; eliminação das distorções do enquadramento na carreira do magistério superior; reajuste para todo o funcionalismo público no ano de 82, igual ou superior ao índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), nos 12 meses; percentual de doze por cento do Orçamento da União para a educação.

Chegou ontem a Brasília uma caravana de professores universitários juntamente com a dos funcionários públicos para assistir hoje a votação da Emenda Constitucional n.º 62 do Senador Affonso Camargo, que concede ao funcionalismo público aumento semestral e 13.º salário.

De acordo com a ANDES há interesse da categoria na aprovação do projeto, pois ele poderá também ser estendido aos professores de instituições autárquicas.

ESPECIALISTA DEFENDE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

A educadora francesa Madeleine Goutard, presidenta da Organização Mundial de Educação Pré-Escolar — OMEPE —, que reuniu-se ontem com o presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara, Deputado Rômulo Galvão, com o Ministro Rubem Ludwig e depois fez uma palestra no auditório do MEC, em Brasília, advertiu que a educação pré-escolar não se deve limitar a uma única oferta e que, ao contrário do que ocorre em muitos países, deve ser uma escola específica, uma forma de educação global da criança, e não uma simples extensão do ensino de 1.º grau.

Após os contatos que fez ontem, Madeleine Goutard revelou seu interesse em conhecer o que ocorre no Brasil na área da educação pré-escolar, segundo ela para levar a outras nações informações sobre alguns programas de atendimento à criança com baixo custo e boa qualidade. Ela disse acreditar que a experiência brasileira poderá responder a uma solicitação da UNESCO feita à organização que dirige (cuja sede fica na cidade francesa de Strasbourg), sobre a investigação de novas formas de atendimento

à criança que possam ser levadas, principalmente, aos países da África.

Normalmente os modelos são procurados nos países desenvolvidos — observou —, mas, neste caso, a experiência brasileira, em um país populoso, com muitas crianças carentes e dificuldades financeiras, pode interessar a muitas nações com características semelhantes.

Em Brasília, a presidenta mundial da OMEPE — que participa da assembléia nacional da entidade — visitou três projetos de educação pré-escolar: um da Legião Brasileira de Assistência, na cidade-satélite do Gama, um da Fundação Educacional que criou a pré-escola com monitoria, na cidade-satélite de Ceilândia, e outro de creches domiciliares, na cidade-satélite de Planaltina. Ela visitará ainda os programas de pré-escola implantados pelo MOBRAF em Manaus, os programas da Secretaria de Educação da Bahia, na região dos Alagados, e o PROAPE, de Pernambuco, executado pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição.

O atendimento ao pré-escolar, no Brasil, envolve aproximadamente um milhão de crianças, quando a clientela de zero a seis anos, não atendida, soma 24 milhões de crianças. O professor Vital Dildonet, presidente da OMEPE do Brasil, informou que deste total pelo menos 10 milhões estão na faixa de quatro a seis anos. A meta prioritária seria atender ao mínimo de 70% desses 10 milhões.

Madeleine Goutard observou por sua vez que o atendimento da criança é bastante diferenciado entre os países integrantes da OMEPE, com a Europa praticamente atendendo a todas as crianças. A França, por exemplo, já universalizou a pré-escola para crianças de quatro a seis anos e a oferece a 80% das crianças de três anos. A África praticamente não oferece pré-escola, mas em todos os países do mundo, acrescentou, há necessidade de manter-se uma preocupação constante com a educação pré-escolar, tendo em vista que os filhos menores das famílias ficam inevitavelmente sozinhos, em casa, pois suas mães trabalham e os irmãos maiores vão à escola.

O PAPEL DOS PAIS PARA A EDUCAÇÃO DO PRÉ-ESCOLAR

BRASÍLIA — Os pais são responsáveis pela Educação da criança até os seis anos de idade, a educação pré-escolar em si consiste, apenas, num apoio aos pais, disse a presidenta da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar — OMEPE, Madeleine Goutard, após encontro com o Ministro Rubem Ludwig, da Educação.

Madeleine Goutard, que se encontra no Brasil a convite do Comitê Nacional dessa organização desde o dia 23 de agosto, considera fundamental a participação da comunidade na educação do pré-escolar. No seu entender, a educação das crianças da faixa do pré-escolar é permanente e deve ser mantida 24 horas por dia.

A educadora francesa considera a escola uma instituição artificial, acrescentando que seu efeito nas crianças muito pequenas é dissociador da realidade familiar. Para ela, na educação ao pré-escolar, há princípios de integração à comunidade e neste sentido deve-se desenvolver todas as possibilidades.

A presidenta da Organização Mundial para a Educação do Pré-Escolar ficará no Brasil até o dia quatro de setembro. Hoje ela seguirá para Salvador e depois Recife e Rio de Janeiro. A OMEPE é um órgão consultivo da UNESCO para educação de pré-escolar.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO

Estado de São Paulo

Gabinete do Prefeito

Caro Ruy:

Estou enviando-lhe o material que utilizamos na campanha da Pré-Escolar.

Um abraço. — — 7-10-81.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO

Departamento de Educação e Cultura

Rio Claro, 18 de março de 1981.

Prezados Amigos:

Seu filho é muito importante para vocês. Para nós da Prefeitura, também.

A pré-escola municipal é hoje uma das melhores do Brasil. Ela serve de modelo para todo o Estado de São Paulo.

Para que a pré-escola possa continuar prestando bom ensino e boa assistência a seu filho, a participação de vocês é indispensável. Todos nós contamos com sua presença e seu interesse nas atividades escolares.

Com esse nosso trabalho conjunto Escola-Comunidade, seu filho terá excelente desempenho futuro, quando chegar ao 1.º Grau.

Com sua participação, com o amor e atenção de nossas professoras pelo seu filho, haveremos de aumentar nossa amizade e nossa união.

Um abraço forte de seus amigos. — **Nevoeiro Júnior**, Prefeito Municipal — **Paulo Osório Silveira Bueno**, Diretor do Departamento de Educação e Cultura.

A PRÉ-ESCOLA VALE MUITO E NÃO CUSTA NADA

Você sabe como a Pré-Escola é importante para o bom desenvolvimento e aproveitamento das crianças.

A Pré-Escola, hoje, é difundida em todas as partes do mundo que sabem da importância de uma boa orientação nesta faixa de idade.

Se seu filho tem de 4 a 6 anos, chegou a hora de ir para a Pré-Escola.

Ele vai ter a orientação de professores especializados e receber os estímulos adequados para o desenvolvimento ideal de suas aptidões mentais e físicas.

Na Pré-Escola a criança vai se aprimorar convivendo com outras crianças e passará ao 1.º grau com um aproveitamento melhor e mais rápido.

A Pré-Escola de Rio Claro é motivo de orgulho para a cidade e um modelo para o país.

Para 81, o Departamento de Educação e Cultura criou mais 2.500 vagas para a Pré-Escola, isto é, passou de 1.000 para 3.500 vagas e ampliou seu quadro de professores de 39 para 140.

A Prefeitura está investindo no futuro das nossas crianças. Faça a sua parte. Traga seu filho para a Pré-Escola. Vai ser muito importante para ele.

Matricule seu filho de 19 a 21 de janeiro.

Departamento de Educação e Cultura

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO

Administração Nevoeiro Jr.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — V. Ex.ª será atendido.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado Milton Brandão.

O SR. MILTON BRANDÃO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ingressava no recinto deste plenário quando ouvi a palavra do nobre Deputado Ruy Codo a respeito da educação, tecendo S. Ex.ª considerações sobre a pré-escola e outros pontos, par maior destaque e melhor educação para a juventude do nosso País. Estamos com o ponto de vista de S. Ex.ª e achamos, inclusive, que o Ministro da Educação, Rubem Ludwig, está tendo um desempenho satisfatório à frente daquela importante Pasta. Vimos acompanhando o trabalho de S. Ex.ª, o seu esforço, a sua alta compreensão, o seu entendimento perfeito não somente com o corpo docente, como, também, com os estudantes, no sentido do aperfeiçoamento da educação em todo o País. S. Ex.ª se preocupa com o ensino básico, com o ensino do primeiro grau, com o ensino do segundo grau, e estou certo de que, se o nobre Deputado Ruy Codo tiver um diálogo com o Sr. Ministro da Educação, diretamente ou por meio da tribuna, S. Ex.ª ouvirá os pontos que merecem ser acatados nos pronunciamentos de S. Ex.ª. De modo que desejo registrar que o Ministro Rubem Ludwig, da Pasta da Educação, teve um desempenho satisfatório, que merece os nossos louvores.

Sr. Presidente, quero ainda ressaltar a situação do Nordeste. Nestes últimos dias de sessão legislativa, queremos alertar o Ministro Mário Andreazza, que tem dado todo o seu esforço pela nossa causa, para áreas, como a do Piauí, que devem ser prioritárias pela pobreza de nossas populações, pelo seu índice de renda per capita baixíssimo, pelas condições de clima, pela estiagem prolongada que estamos atravessando. As nossas terras estão ressequidas, conhecemos sítios onde, em 1937 havia olhos d'água permanentes, jorrando, hoje já não se encontra mais o precioso líquido nesses olhos d'água. Estou dando este exemplo para definir a situação das terras do norte do Piauí, onde temos visitado com frequência e recebido de lá também muita notícia. Outras áreas do sul do Estado também se encontram nas mesmas condições.

De modo, Sr. Presidente, que esperamos que o Sr. Ministro Mário Andreazza, o quanto antes, consiga do Ministro Delfim Netto, da Pasta do Planejamento verbas destinadas, ao reaparelhamento do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, que precisa de perfuratrices modernas para perfuração de poços numa terra onde o subsolo é o mais rico do mundo em água. Não se justifica, Sr. Presidente, que a população piauiense esteja passando sede e que os nossos rebanhos estejam sendo dizimados pela falta de água e pela falta de pastos nos campos. É preciso que

haja irrigação, é preciso que haja água. Esperamos que o Sr. Ministro Mário Andreazza use de uma ação pronta e eficiente em prol da nossa população e que o Ministro Delfim Netto lhe dê o respaldo necessário para isto. (Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Horácio Ortiz. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Florim Coutinho.

O SR. FLORIM COUTINHO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Amazônia foi até o início do século a única Região do mundo que possuía nativamente a *hevea brasiliensis*, a seringueira que produz a borracha. O achado foi tão rendoso e útil ao Brasil como é hoje o petróleo para os países árabes. A custa da borracha da Amazônia, construía-se o parque industrial de São Paulo, até que as sementes levadas para o Oriente incentivaram outros países concorrentes. A última Grande Guerra, em que a borracha ainda constituía uma matéria-prima importante, foi ganha, ainda com o esforço do chamado exército da borracha, que exportava para os países aliados toda a sua produção e, ainda hoje, compete com a borracha sintética e outros produtores de borracha *in natura*. A Companhia Ford fundou, no Amazonas, uma cidade onde sediava-se projeto de plantio de seringueiras, cidade esta chamada Fordlândia. Essa experiência fracassou.

Sr. Presidente, relembro isso para focalizar o deslavado cinismo, o maior escândalo, a roubalheira comprovada do governo Chaguista, a pretexto de transformar a Região Administrativa de Campo Grande, no Município do Rio de Janeiro no maior seringal do Mundo, negociar com multinacional Michelin, imensas áreas destinadas sociologicamente a proteção ecológica da Megalópole que é o Rio de Janeiro.

Na ocasião da concessão das terras à firma francesa Michelin, denunciei ainda em 1979, o favoritismo do então Prefeito Israel Klabin cuja temporada na chefia do Executivo Municipal tinha o exclusivo objetivo de verificar os grandes negócios, os esquemas das falcaturas e logo foi posar na Presidência do Banco do Estado, onde colocou a sua equipe de Empresários, para financiar os negócios da Máquina da Corrupção.

Sr. Presidente, o escândalo da Michelin envolve a cúpula do chaguismo e nominalmente as pessoas que arranjaram o negócio, como advogados, deputados Federais Estaduais e Municipais.

Leio, Sr. Presidente, a notícia sobre o assunto estampada hoje em jornal que circula no Rio de Janeiro, o "Correio Fluminense".

"MICHELIN — VERGONHA NACIONAL

Moradores sem oportunidade

Mas o que está acontecendo em Campo Grande, foge a imaginação de qualquer pessoa de bom senso, o desmando de um governo que se diz Governo do Povo.

A transformação da área residencial em área industrial, começa no ano de 1977 ao ser ocupada por turistas franceses, instalando-se em confortáveis mansões, neste momento estava oficialmente decretada a instalação do futuro complexo-industrial, que podemos afirmar a presença da fábrica de pneus Michelin.

Transformação Social

O fenômeno que gera no seio da comunidade de Campo Grande, foi a radical transformação social e física, com a presença da colônia francesa. Campo Grande a velha província de nossa região rural com sua tradição de hábitos e costumes simples à humilde região ora tranqüila onde seus filhos respiravam excelente oxigênio, sem qualquer vestígio de poluição, área de grande produção agrícola, hoje vê sucumbir todo este legado de lutas de pais e filhos, este solo que no passado podemos verificar, obrigou imigrações japonesas, portuguesas, italianas e sírias.

Futuro em Campo Grande

É bom que a grande massa operária, a herdeira de Campo Grande comece a se preparar para a retirada. É impossível e incontestável a vivência nesta cidade que aos poucos que restarem verão. É bom tirar um curso de língua francesa, porque existe um jornal da região oeste que se dá ao luxo de inserir um comercial em francês. Será para raízes humildes em Campo Grande? Não! É voltada para o poder que instale em Campo Grande, um flagrante, desrespeito ao povo e a ética. Lamentavelmente não existe, um representante, deputado que possa lhe defender dos tiranos (FARISEUS) que estão influenciando, valorizando dia a dia os aluguéis e o alto índice de elevação no custo de vida local.

Imoral Verdade

Foi notório, espantoso e estarrecedor o cinismo do Sr. Israel Klabin, quando do final do ano passado (1980), favoreceu a Cia. Brasileira de Pneumáticos Michelin, instalar-se em termos, colocados totalmente fora de uma área industrial, prejudicando toda a população de Campo Grande e contrariando o espírito da Lei Municipal em seu 1.º artigo, n.º 196/77, pelo decreto n.º 2.160 de 11-5-79.

Com a decisão do "Prefeito", a Michelin vai tomando conta de terras valiosíssimas, (residenciais) que ficam num funil cercado de todos os lados por terras de seu sogro, o Sr. Salomão Manela.

Michelin — Um caso de Polícia

Vejamos certos dados que transforma estas multinacionais num caso vergonhoso, que exigem uma investigação minuciosa e a imediata expulsão de Michelin de terras brasileiras.

1 — O capital desta empresa é de 206 bilhões de dólares, com sede na França e 86 cruzeiros, distribuídos entre Silvío Fernando Farias, Rui Martins Ferreira e Luiz Gonzaga Dias da Costa, dinheiro brasileiro.

2 — Michelin não trouxe um centavo para o Brasil, pois toda a movimentação para organização desta firma é feita com dinheiro contábil.

3 — O terreno foi comprado em 1977 numa licitação da Caixa Econômica, compra esta feita por um português de nome José Augusto Gomes Assis de Almeida, advogado com escritório no centro da cidade, sócio de Marcelo Medeiros, Erasmo Martins Pedro e do ex-Ministro da Justiça Carlos Medeiros e Silva.

4 — A Michelin também tem terras em Mato Grosso, portanto está tomando grande parte do território brasileiro. Qualquer dia, para irmos a Campo Grande teremos que ter passaporte. Infeliz coincidência, como os franceses gostam de Campo Grande.

5 — A Michelin está obtendo todos os recursos para compra de porções de terras brasileiras, em todo território. O que mais aterroriza é a condição imposta por certos elementos de nosso governo; pagamento em 12 anos com juros de 15% "ao ano" sem correção monetária.

Isto, é um absurdo, pois a inflação do Brasil já está a mais de 195%. E o pobre do operário brasileiro, comprador de apartamentos do BNH, tem que morrer numa correção monetária que o esmaga durante 12 meses de trabalhos forçados.

Acampamento Francês em Campo Grande

A instalação de uma grande imigração francesa em Campo Grande está estreitamente ligada com a construção da Michelin, que está mudando radicalmente os costumes físicos e sociais de um povo humilde.

Não podemos precisar o número de franceses com documentos de permanência no país e o número de documentos com visto provisório, podemos sim é confirmar a grande influência que eles estão sobrepondo em Campo Grande, Jornais locais com anúncios em francês, colégios fazendo peças teatrais como chapeuzinho Vermelho com versão em francês, aluguéis que variam de 20 mil à 65 mil.

Mas infelizmente foi instaurada na Câmara carioca uma CPI para apurar irregularidades como:

1 — Expulsão de posseiros da área que moravam a mais de 40 anos em Campo Grande.

2 — Sonegação de impostos e incentivos fiscais.

3 — Decreto ALERJ foi aprovado em 24 horas, grande verba, para o plantio de borracha para a Michelin no Estado do Rio de Janeiro.

Ser Brasileiro

Na dinâmica atual, é difícil de se acreditar que nossos vereadores, deputados e órgãos competentes tomem nossas terras, e as entreguem aos estrangeiros sem a mínima piedade com nossos pequenos agricultores, tirando-lhes o direito da terra para sua sobrevivência.

Em Crise

Aos operários em crise de desemprego uma chance de alimentar suas famílias, e aos nossos filhos menos uma área de lazer.

É um absurdo notarmos que com a grande crise de desemprego, estrangeiros em nossa terra, só dê trabalho

aos que chegam de onde vieram. Até onde vão nossos deveres de bons cidadãos e até onde acabam nossos direitos de brasileiros?

Fenômenos Sociais

Somente no Brasil, os fatos e fenômenos sociais se repetem com a mesma autenticidade e verdadeiramente surpreendente — superior a todos os acontecimentos fora de imaginação.

São transformações históricas difíceis de explicar e sabidamente de entender a transição social, política e econômica que se desenvolve nos bastidores dos negócios, escuros, com aval de políticos e administradores de grande projeção e com responsabilidade do governo, dentro dos postulados políticos que projetaram e lhes outorgaram o mandato que o povo conferiu, porém, a muito se revelaram com sua política. É, visual e mesquinho, traçando negócios absurdos no encerrar da noite. Ai o crime de alta traição para com o Brasil e o povo sufragou. Uma pergunta fica: "Onde o povo foi beneficiado com a decisão política, em transformar-se uma região, ontem produzindo condições de vida aos pequenos agricultores da Zona Rural?" Foram banidos como vereadores criminosos apenas, seus crimes foram em ter representantes que legislaram em causa própria e dos interesses inconfundíveis, só nos resta hoje a grande homenagem póstuma ao nosso querido Dr. Marcos Tamoyo e Faria Lima, que em seu memorável parecer negando as multinacionais o direito de se instalar em Campo Grande, (área estritamente residencial) ferindo frontalmente a linha política do Governo Federal, quando lançou o desafio do projeto "Maré Rio" em linhas gerais, transformando sua área ecologicamente condenada pelo meio ambiente em área de lazer. O Conjunto Habitacional Maré e outros exemplos de longivivência, voltando a oferecer às comunidades de baixa renda, condições de vida com dignidade e o mínimo necessário para todo ser na luta do dia a dia, pela sobrevivência.

4 — Segurança de trabalho: Não existe! Consta que já morreram vários operários e nada aconteceu, segundo advogado local.

5 — Apuração de legalização das escrituras que foram para o escritório do advogado Dr. José Augusto Gomes Assis de Almeida situado no centro desta cidade.

Mordomia

6 — A maioria dos funcionários da Michelin são franceses, quando segundo a lei brasileira, 2/3 teriam que ser brasileiros.

7 — 1 000 franceses ganhando salários sensacionais e os nossos brasileiros ganhando o salário de fome.

8 — Uma traição nacional — empregam seus próprios parentes para fazerem uma renda familiar. Parentes que nem de longe conhecem esta vergonha que é Michelin.

9 — Todos os franceses da Michelin são agraciados com moradias luxuosas gratuitas, em ônibus sofisticados.

Agora caros leitores, uma pergunta fica:

O brasileiro merece os políticos que tem?"

Sr. Presidente, eis aí uma das principais fontes de financiamento da Campanha Eleitoral do Chaguismo, comandada pelo grupo Klabin, Lamelas, e outros grandes da quadrilha que empobrece o nosso Estado do Rio de Janeiro. O ex-Prefeito Klabin, que hoje dirige os cofres do Banco do Estado, é o mesmo que é sócio de Chagas Freitas na importação de papel de imprensa e o mesmo que consegue que o Secretário de Finanças do Estado impeça a venda de qualquer produto concorrente, nacional, que possa competir em preço e qualidade com os azulejos e produtos Klabin.

Sr. Presidente, torna-se necessário que o governo federal inspecione, através de todos os crivos ministeriais, a Indústria Michelin, instalada em Campo Grande.

Ao Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, especificamente, denuncio e solicito uma inspeção da competência das Secretarias de Segurança e Medicina do Trabalho de sua pasta, onde serão constatadas gravíssimas infrações das leis vigentes.

Sr. Presidente, torna-se necessário a intervenção do Governo Federal nos feudos do chaguismo, associado a Michelin, Multinacional francesa, que se apresenta com os maiores vendilhões da Pátria, na posição de testa de ferro.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, voltarei ao assunto com documentos irrefutáveis que estão chegando em minhas mãos! (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antonio Mazurek.

O SR. ANTONIO MAZUREK (Pronuncia o seguinte discurso.)

— Sr. Presidente, Srs. Congressistas: a Câmara Municipal de Guaira, no Estado do Paraná, aprovou por unanimidade requerimento formulado pelo nobre Vereador Erminio Vendruscolo, Líder da Bancada do Partido Democrático Social naquela Casa, que se transformou na Carta de Guaira. Trata-se de importante documento no qual são analisadas as condições especiais daquele e de outros Municípios do oeste paranaense, sendo oferecidas sugestões para que toda aquela progressista região possa superar seus problemas presentes.

A Carta de Guaira tem suas raízes em três importantes fatos: a Itaipu Binacional nada realizou de positivo para a cidade de Guaira, como compensação pela perda das Sete Quedas; o início das obras da Usina de Ilha Grande foi, uma vez mais, protelado e a existência de uma campanha intensa no sentido de se mudar o traçado da Ferrovia da Soja.

Reagindo a esses acontecimentos, o Vereador Erminio Vendruscolo, em seu lúcido requerimento, analisa as transformações havidas na região após a "era de Itaipu": colonos abandonam terras que cultivavam e, com a desapropriação recebida, buscam novas paragens; os Municípios deixam de arrecadar impostos, devido a esse êxodo e à diminuição da área agricultável; as promeadas indústrias não foram ainda implantadas; a cidade de Guaira perdeu seu grande atrativo turístico, com o próximo desaparelhamento das Sete Quedas, trazendo esse acontecimento, em sua esteira, graves prejuízos a toda a classe hoteleira, de prestação de serviços, do próprio comércio e de tantas outras parcelas da população.

Após analisar as promessas feitas pela Itaipu Binacional, conclui a Carta de Guaira pela inexistência de estudos e planos tendentes a ressarcir a região dos prejuízos a ela advindos com a construção da grande hidrelétrica.

Por outro lado, esse documento analisa a indefinição de nossas autoridades do setor energético quanto a início da construção da Usina de Ilha Grande, que vinha sendo apontada como promissor fator de desenvolvimento, abrandando o impacto da perda das Sete Quedas. Todavia, por motivos ainda não plenamente esclarecidos, essa obra foi novamente adiada.

Relativamente à projetada Ferrovia da Soja, a Carta de Guaira aponta, com clareza meridiana, a total improcedência dos argumentos daqueles que estão defendendo a mudança de seu traçado, a fim de trazer seus trilhos até Foz do Iguaçu.

A Carta de Guaira, Srs. Deputados, manifesta a certeza de que as altas autoridades da República estão atentas para todos esses problemas e que os mesmos não serão resolvidos de forma prejudicial àquela região. Por isso mesmo, o povo do oeste do Paraná e, em especial, o de Guaira aguarda com serenidade a ação do Governo Federal e do Governo Estadual, mantendo absoluta certeza de que o Ministro dos Transportes não alterará o traçado da Ferrovia da Soja. Outrossim, pede ao Ministro do Planejamento que entregue à Eletrosul as verbas necessárias para a construção de Ilha Grande bem como aguarda, confiante, uma definição imediata, por parte da Itaipu Binacional, quanto à indenização devida pela perda de Sete Quedas.

O povo de Guaira, Sr. Presidente, pede à Portobrás que valorize e aproveite a hidrovía Rio Paraná—Tietê com a interseção do porto de Guaira com a Ferrovia da Soja e que ali seja construído o terminal intermodal rodoferro-hidrovário.

Sobretudo, Srs. Deputados, a Carta de Guaira é um documento sereno, apontando falhas e preconizando soluções; é uma manifestação de confiança no Governo Federal e no Governo do Estado do Paraná; é uma prova de brasilidade, de confiança no destino de nosso País e de nossa região.

Desta elevada tribuna do Parlamento brasileiro, como representante do oeste paranaense, deixo também o meu apoio à Carta de Guaira e às suas reivindicações, que reputo justas. Uno-me às vozes daqueles que aguardam as soluções e, estou certo, elas virão. Congratulo-me, de modo todo especial, com a Câmara Municipal de Guaira e com o Vereador Erminio Vendruscolo pela iniciativa tomada, que bem pode servir de modelo para todo o Brasil.

Era o que tinha a dizer! (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Celso Peçanha.

O SR. CELSO PEÇANHA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas, hoje à noite, daqui da Bancada da Oposição, vou lançar um olhar para a honrada, valorosa e aguerrida Bancada do Governo para ver se ela estará presente à sessão do Congresso, quando votaremos a Emenda n.º 62, de 1981, que é do maior interesse para os funcionários públicos do País. É uma emenda justa, Sr. Presidente, que não reflete, nem pede aumento ao Governo. Não. Ela quer tão-somente a atualização dos vencimentos, quer que o funcionário público não

fique passando fome e assistindo ao aumento semestral justo, daqueles outros que trabalham como assalariados.

Sr. Presidente, por que o Sr. Presidente da República enviou para esta Casa uma mensagem que não refletia o espírito da Nação, quando pediu a semestralidade tão-somente para os assalariados e esqueceu dos funcionários públicos?

Conheço no Rio de Janeiro, e creio que V. Ex.^a conhece, lá no seu Estado, tão pequeno, mas com uma valorosa representação no Congresso Nacional, servidores públicos que percebem Cr\$ 10.040,00. Eles não esperam o aumento de 6 em 6 meses, esperam pela bondade do Governo para que sejam incluídos num plano de classificação — um plano que não vem — e quando surge, de anos em anos, é sempre para beneficiar o que já está bem beneficiado.

Pede-se, com esta emenda, Sr. Presidente, tão-somente a atualização. É uma emenda de um Senador da República, Senador Affonso Camargo, que recebeu parecer favorável na Comissão Mista da qual, sou membro com muita honra.

Hoje, à noite, espero que a Bancada do PDS, antiga ARENA, toda ela venha até aqui, preencha aquele vazio e na hora da votação dê a expressão do seu voto.

Como votará o PDS hoje à noite, Sr. Presidente? Como dizia aquele Ministro da Justiça, tão conhecido neste País pelas suas atitudes ao lado dos revolucionários de 64, "só Deus saberá". Sim, só Deus saberá, ainda mais agora, depois daquele malsinado pacote, que recebemos ontem nesta Casa, só Deus saberá como o PDS votará, se contra os servidores públicos ou favorável.

Mas, Sr. Presidente, eu apelo, não com o ardor, com a combatividade do orador que me antecedeu, mas apelo com o espírito público, para que a Bancada do PDS, hoje à noite, sob a Presidência de V. Ex.^a dê o seu voto favorável aos servidores públicos do Brasil, que enviaram ao Congresso Nacional os seus líderes, os seus representantes da Confederação, de Federações e de União, e que vão nos ouvir e assistir à votação; espero que o PDS ajude a Oposição para atualizar os vencimentos dos funcionários públicos do País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Milton Figueiredo.

O SR. MILTON FIGUEIREDO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o testemunho iniciado ontem, continua. Nós dizíamos que o projeto de eletrificação rural do Estado de Mato Grosso, financiado pela Brasilinvest do Sr. Mário Garnero, foi trabalho iniciado por nós.

E depois, Sr. Presidente, continuando, a criação da agência do Banco do Estado do Mato Grosso, em Nossa Senhora do Livramento, terra da minha mulher, terra do meu pai, não solicitamos porque não podíamos solicitar, mas acompanhamos demoradamente, acuidadamente, no BIDAN, no Banco Central, o encaminhamento do processo e a sua aprovação no Conselho Monetário Nacional. A solicitação do Banco do Estado, à sua Direção, foi por nós acompanhada, ajudada até a solução final.

Com relação a bancos, Sr. Presidente, nós conseguimos, com o Ministro Oswaldo Collin, Presidente do Banco do Brasil, a criação de duas agências em Mato Grosso, a Agência de Arenópolis, que está sendo implantada — não é a prioridade um, mas será implantada até o mês de junho, julho, agosto ou setembro do ano que vem — e da minha terra, do Município de Santo Antônio do Leverger, terra onde nasci.

Foi um trabalho enorme, porque o meu município, localizado no Pantanal de Mato Grosso, atravessa fase crítica na sua economia. E conseguimos sensibilizar o Departamento de Planejamento do Banco do Brasil e o seu Presidente, homem do mais alto gabarito, a autorização dada pelo Conselho Monetário Nacional, para criação e implantação que será feita, num futuro rápido e próximo, da agência do Banco do Brasil na minha terra.

A transformação do posto avançado do Banco do Brasil em agência de Mirassol do Oeste, foi um trabalho muito longo, pois Mirassol do Oeste é um município situado na região da grande Cáceres, agrícola, onde o posto avançado já era pequeno para atender a sua produção e seu desenvolvimento.

Isso o fizemos, a pedido de Samuel Greve, fundador daquela região.

Ademais, Sr. Presidente, além de colocarmos o Estado de Mato Grosso no III PND, que havia sido esquecido pelo Ministério do Planejamento, e com ingentes esforços, ao lado do Dr. Savassini do IPEA, conseguimos sensibilizá-lo para que Mato Grosso constasse como meta do Governo, em projetos e programas no III Plano Nacional de Desenvolvimento.

Sr. Presidente, com relação ainda ao nosso trabalho, nesse testemunho, conseguimos recursos para a construção do Fórum de Arenópolis, Município do Estado de Mato Grosso, já construído e já entregue ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso, para implantação da Comarca, como conseguimos recursos para o Porto dos Gaúchos, em fase de execução. Porto dos Gaúchos é no extremo norte, Sr. Presidente, na Amazônia mato-grossense. É um tributo que se presta àquela população, àqueles gaúchos, ao Sr. Willy, fundador de Porto dos Gaúchos, ainda quando não se falava na ocupação da Amazônia através de Mato Grosso, Willy Meyer fundou o município e hoje estamos construindo lá o Fórum para a implantação da sua justiça e da sua Comarca.

Sr. Presidente, ingente luta representou o nosso trabalho junto ao Ministério da Educação para conseguir recursos e os conseguimos, para a Sociedade Beneficente Escolar de Várzea Grande, para a construção do Ginásio no Distrito de Bonsucesso.

Maior vitória, Sr. Presidente, conseguida por nós, quando na Presidência da Comissão de Comunicações, já na Oposição, já no Partido Popular, foi sensibilizar toda a República, todo o Ministério das Comunicações, a TELEBRÁS, na pessoa do General Alencastro, o ilustre Ministro das Comunicações, Coronel Haroldo de Mattos, para a implantação de uma linha telefônica em Mimoso.

Mimoso, Sr. Presidente, está no Pantanal, onde nasceu Rondon, e nós conseguimos — nós, Sr. Presidente, e dizemos isso para que outros não venham aparecer como padastros do assunto — conseguimos levar para lá toda a República, ao implantarmos, na Terra de Rondon, patrono das comunicações, em homenagem ao seu povo, o telefone público.

Amanhã continuaremos, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Victor Faccioni.

O SR. VICTOR FACCIONI (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Rio Grande do Sul, vive neste mês de dezembro um momento muito singular na história do seu Arcebispo; com o afastamento definitivo do Cardeal D. Vicente Scherer, do comando da Igreja Católica Gaúcha, e a quem desejamos neste momento prestar especial homenagem, após 35 anos como Arcebispo de Porto Alegre, pois, no próximo dia seis, assumirá o cargo, o Bispo de Passo Fundo, D. Cláudio Colling, e em quem o Rio Grande católico deposita sua plena confiança, Pastor reconhecido, pelo seu passado a serviço de Cristo, da Igreja e do Povo.

Sucedendo a D. João Becker no Arcebispo de Porto Alegre, D. Vicente Scherer durante esses 35 anos de mandato, como a maior autoridade da Igreja no nosso Estado, se destacou pela sua personalidade íntegra e incontestável, deixando impresso, nas atividades e orientações de caráter pastoral, religioso e social, a autenticidade da Igreja como instituição, na defesa dos princípios fundamentais do ser humano, com a consciência da responsabilidade que cabe a cada cidadão, em sendo cristão, um compromisso que vai muito além da sua confissão religiosa, mas que implica em ser solidário com seus semelhantes, em ter um compromisso com Cristo, com a vida, com o bem-estar de todos e com a própria Nação.

D. Vicente deixa o Arcebispo de Porto Alegre, com uma estrutura consolidada e firme, respeitado em suas posições, tanto pelo clero, como pelas entidades civis e instituições do Governo e pela comunidade rio-grandense e brasileira.

Nesses 35 anos de Arcebispo, D. Vicente se destacou, abrindo espaços para a Igreja, assumindo posições definidas e claras, com atitudes de equilíbrio e bom senso, cooperando com o Governo e a sociedade rio-grandense, em todas as iniciativas voltadas ao bem comum, assim como, cooperando, participando, através de críticas conscientes e construtivas, contrárias a medidas radicais e arbitrarias, que pudessem afetar o desenvolvimento livre e sadio da comunidade.

D. Vicente se destacou como Pastor de almas e defensor dos ideais cristãos, como um verdadeiro Peregrino da Paz, jamais confundindo os papéis da Igreja e do Estado, mas alertando para as responsabilidades de cada uma dessas instituições. De caráter conciliador, D. Vicente soube conviver, no decorrer desses 35 anos de Arcebispo, com os diferentes Governos que passaram procurando evitar conflitos que pudessem agravar ou gerar tensões sociais, interferir com sua abalada orientação cristã, para a manutenção da ordem e do respeito.

Proclamando os princípios universais da Igreja, D. Vicente manteve suas posições isentas de qualquer tipo de engajamento político-partidário, pois, segundo ele, uma corrente política, representa uma parcela da comunidade, enquanto que o princípio cristão pressupõe a militância de todos os homens, indiscrimina-

damente. Mantendo-se na posição de universalidade da Igreja, no entanto, D. Vicente sempre defendeu a organização política, como instrumentos da livre manifestação de opiniões das pessoas. E, ao mesmo tempo em que defende a dignidade dos políticos, chama atenção também para a responsabilidade dos governos e governados, para o desempenho consciente da missão que cabe a cada um de nós, como políticos, como governo, ou como eleitores e como cidadãos brasileiros.

D. Vicente, ao contestar regimes autoritários ou partidos políticos com posições extremistas, que possam inibir o exercício pleno das atividades ou liberdades do homem, ou que venham a prejudicar os seus direitos inalienáveis, também levanta sua voz, chamando a atenção de todos para suas responsabilidades, para o cumprimento de seus deveres, como cristãos e como membros de uma sociedade que só pode ser construída com o esforço comunitário. D. Vicente não poupou críticas também aos religiosos quando, mesmo isoladamente, manifestaram seu apoio a uma determinada corrente político-partidária, defendendo que o comando político-institucional da Nação, é de responsabilidade dos civis, de suas organizações políticas e militares e aos religiosos cabe apoiar e colaborar com as ações voltadas ao bem-estar comum, mas não se vincular com uma ou outra facção.

A instituição da família, sempre foi defendida por D. Vicente, por se constituir na célula fundamental para a organização social, sem o que, nem mesmo a civilização religiosa poderia prosseguir.

D. Vicente tem sido visto como uma figura da linha conservadora da Igreja, no entanto, esta rotulação que se faz de "conservador" ou "progressista", parece-me que não é muito exata, não dá uma dimensão mais abrangente para as atitudes das pessoas, nesses tipos de classificações. O que tem sido, D. Vicente, isto sim, um homem, uma autoridade, de posições moderadas, de equilíbrio, de bom senso, tomando atitudes corretas, de acordo com a época e com as circunstâncias. D. Vicente que conviveu com as orientações da Igreja, de sucessivos Papados, sempre soube se alinhar dentro do espírito das Encíclicas Papais e transmitir as suas mensagens, no contexto da realidade presente, com uma lucidez e uma vivência extraordinárias, que fizeram de D. Vicente, uma presença marcante, sensível e inteligente.

É preciso lembrar que D. Vicente Scherer, com mais de 70 anos de idade, 55 de vida religiosa e 35 de Arcebispado, viveu num tempo de grandes transformações na Igreja e na sociedade. E ele, como a maior autoridade da Igreja no nosso Estado, soube transportar os ensinamentos cristãos para fora dos círculos fechados, dos recintos das Igrejas, ao convívio comunitário, na família e na sociedade, colocando em prática uma série de iniciativas inovadoras, a partir de João XXIII, prosseguindo com Paulo VI e agora, ainda mais intensificadas com João Paulo II. Talvez o citado "conservadorismo" de D. Vicente, seja no sentido de ter ele sempre freado atitudes muito exaltadas, de idealismos chamados "progressistas" que levam a extremos, inconseqüências e resultados negativos. Mas jamais se furtou de tomar posições firmes e atitudes arrojadas, corajosas, e muitas vezes até patrióticas, sem contudo, ser um radical. No campo do comportamento, D. Vicente condena a civilização do prazer, as liberalidades, por considerá-las desumanas e destruidoras de uma consciência coletiva que afeta a dignidade do homem e da família. D. Vicente adverte também que as bandeiras de lutas proclamadas por regimes socialistas e comunistas, com aspirações de justiça e solidariedade humana, não conseguiram realizar seus programas.

Diante de fatos novos ou circunstâncias diversas de ordem política ou social, a população gaúcha, punha-se na expectativa da respeitável palavra de D. Vicente Scherer, não só como seu Pastor, mas como um homem do nosso tempo, que sabe emitir uma opinião ou orientação isenta de casuísmos ou de qualquer espécie de interesses particularizados.

Por tudo isto, D. Vicente encerra o seu mandato com chave de ouro. Um exemplo de fé e de virtudes a ser seguido. E, com a mesma humildade que o caracterizou nesses 35 anos de Arcebispado, retira-se para uma vida pastoral, simples e humilde, deixando, contudo, as portas abertas para que outros continuem a sua obra, prossigam esta missão.

D. Cláudio Colling, a quem saudamos com efusão de alma, assume agora esta responsabilidade, e a quem desejamos o melhor êxito, com a mesma força, a mesma autenticidade, a mesma sensatez, o mesmo desprendimento e espírito de justiça social e fé cristã, que consagrou o Arcebispado do seu antecessor, que governou com justiça, paz e fé.

O povo gaúcho e brasileiro se despede com carinho e já com saudades antecipadas do seu Arcebispo e somos gratos pelo amor que ele nos dedicou e pelas advertências que nos fez, tal como um

pai que procura dar aos filhos, a melhor orientação e o melhor exemplo de vida.

D. Vicente deu à classe política belas lições de solidariedade; é preciso que as coloquemos em prática.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Revestiram-se de vulgar sucesso as cerimônias relativas ao IV Encontro de Radiodifusores do Nordeste, conclave realizado sábado, a 28 do mês de novembro último, em São Luís, no Hotel Vila Rica. Esse certame decorreu de feliz iniciativa do jornalista Zildeni Falcão, Diretor da Rádio de São Luís, eleito Vice-Presidente da ASSERNE. E por natural imperativo de justiça, venho congratular-me com Zildeni Falcão, pelo seu espírito de liderança e perfeito senso organizacional, ensejando ao Maranhão mais uma oportunidade de fazer-se conhecido como pólo cultural e turístico do país e do exterior.

O relevo do IV Encontro dos Radiodifusores do Nordeste definiu-se como ponto alto, considerando-se o comparecimento de autoridades brasileiras e maranhenses ao certame, o que constituiu uma forma positiva de prestigiar-se uma concentração de homens de comunicação, a quem a nossa coletividade tanto deve. E mesmo não me tendo sido possível participar do Encontro por razões imperiosas, estou certo — como jornalista que sou — que esses empreendimentos apresentam sempre alta rentabilidade, no que tange a agilização das idéias e do pensamento humano.

Há de agradecer-se o sentido de solidariedade e apoio dado por ilustres personagens, como o Dr. Antônio Fernandes Neiva Diretor-Geral do DENTEL, e dos Diretores Regionais, Dr. Carlos Eugênio Mendes de Moraes, Dr. Ernani Souza, Dr. Nahilton Linhares Madruga, além do Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, Dr. Hélio Estrela e o Chefe da Fiscalização do DENTEL, Dr. Mário César Degrásia.

Ao conclave esteve presente, pronunciando oportuna conferência, o jornalista Arimatéia Athayde, Secretário de Comunicação Social do Governo do Estado.

Outros Secretários de Estado lá estiveram entre os quais o Dr. Fernando Castro, além do Prefeito, Dr. Roberto Macieira. Como instante marcante — verificou-se a presença de industriais na linha de equipamentos eletrônicos.

Venho manifestar o meu entusiasmo diante do êxito alcançado pelo Congresso de Radiodifusores do Nordeste. E crédito, aqui, como reafirmação de apreço pessoal, os meus aplausos ao promotor do proveitoso conclave, jornalista Zildeni Falcão.

Sr. Presidente, quero aproveitar esta oportunidade para me solidarizar com os companheiros Ruy Codo e Milton Brandão, pelas palavras de reconhecimento ao trabalho extraordinário que vem sendo prestado no Ministério da Educação pelo Ministro Rubem Ludwig, pelo seu talento, a sua inteligência e sobretudo pelo seu espírito público. A pré-escola por ele agora reativada é uma iniciativa que marcará sem dúvida a sua passagem pelo Ministério da Educação. São 3 bilhões e 500 milhões de cruzeiros que o Governo Federal destina à pré-escola, a partir de 82, quando este ano tivemos apenas 40 milhões de cruzeiros. Isto demonstra o acerto da política do Ministro Rubem Ludwig. Muito obrigado a V. Ex.^a (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Albérico Cordeiro.

O SR. ALBÉRICO CORDEIRO (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A luta que o atual Governo vem desenvolvendo contra a estatização, acompanhada pela opinião pública nacional com grande interesse, oferece-nos várias lições. Entre elas, parece-me relevante a obstaculização, discreta mas eficiente, que se opera, na intimidade do Governo, contra as diretrizes do próprio Governo.

Ainda agora, a imprensa noticia que o programa oficial de desestatização — desejado, planejado e anunciado pelo Governo Federal — está encontrando obstáculos na burocracia. Em outras palavras, está sendo impedido por funcionários de escalões inferiores, os quais, sempre anônimos e por processos misteriosos, atrasam ou sonegam informações necessárias ao levantamento da situação econômico-financeira das empresas que, por força do interesse público, precisam ser desestatizadas.

Parece, assim, incrível que funcionários subalternos, talvez temerosos de perderem seus lugares, tenham tal poder em mãos, a ponto de ameaçarem o êxito de um programa de Governo.

E isto ocorre, Sr. Presidente, num país que exhibe ao mundo a plenitude de um especial Ministério para a Desburocratização, cuja iniciativa pioneira revela a sinceridade de uma atitude governamental, realmente consciente dos gravames que a burocracia, qual teia de aranha, causa ao povo, enredando-o em malhas nefastas que lhe provocam prejuízos de toda ordem.

No que se referir à desestatização, o Presidente João Figueiredo tomou iniciativas que mereceram o aplauso de todos os brasileiros. Verifica-se, agora, desvendado o mistério que sempre encobriu as empresas públicas, que as estatais têm causado males irreparáveis à economia nacional. Afora as exceções que confirmam a regra, numerosas estatais se transformaram em alimentadoras irreprimíveis da inflação, aprofundando as despesas públicas por razões nem sempre justificáveis.

Nesta Câmara e no Senado, as iniciativas do Presidente da República contra a tendência brasileira da estatização galopante e avassaladora encontraram eco otimista, pois não será duvidoso afirmar-se que, entre nós, parlamentares, a atitude oficial da desestatização encontra apoio amplamente majoritário, extrapolando as bancadas do PDS para se fortalecer com incontáveis apoios de numerosos Congressistas de todas as correntes partidárias.

Por que então, Sr. Presidente, a desestatização — ou ao menos o controle mais rígido da estatização — não ganha passos mais rápidos, aliviando os problemas econômicos do país nos setores estatais que mais sobrecarregam as despesas públicas?

Nesses últimos tempos, Senhor Presidente, eu próprio tenho participado dessa luta do Presidente João Figueiredo, levando ao Governo Federal, através de discursos nesta Casa ou de contatos pessoais no Palácio do Planalto, o inominável absurdo que, desde há anos, se vem perpetrando contra a indústria gráfica brasileira.

Os números frios das estatísticas demonstram que se implantou, em nosso País, uma das mais avançadas indústrias gráficas do Mundo, cujos empreendimentos, contudo, são ameaçados pela concorrência estatal.

Já se demonstrou que a presença do Estado nesse tipo de indústria é injustificável. Além de perniciosa e deletéria aos interesses nacionais, a presença estatal na indústria gráfica é uma fonte de prejuízos para os cofres públicos.

No entanto, apesar de já se ter consciência desse problema, tal presença estatal se mantém e cresce, como se, por trás de tudo isso, houvesse alguma inspiração maliciosa e negativista.

É de tal modo relevante a inconveniência da presença estatal na indústria gráfica que, em março de 1980, o ilustre Governador Almé Lamaison, de Brasília, assinou o Decreto n.º 5.145, proibindo a criação de novas unidades orgânicas de artes gráficas nos órgãos e entidades da Administração do Distrito Federal.

Todos sabemos, Sr. Presidente e Senhores Congressistas, das ligações pessoais de amizade que vinculam o atual Governador de Brasília ao Presidente João Figueiredo. Ambos comungam das mesmas convicções políticas e filosóficas, e são movidos, na vida pública, pelos mesmos ideais.

O Presidente da República, contudo, não parece conseguir editar um Decreto já editado no âmbito do Distrito Federal, isto evidentemente pela circunstância política de que os assessores de um não são os mesmos assessores do outro.

Um Decreto, para ser assinado, tem de ser tecnicamente elaborado e justificado, necessitando-se do interesse do assessoramento para que o documento, afinal, chegue às mãos do seu signatário.

Ora, se, no âmbito de Brasília, chegou-se à conclusão de que se precisava dar um basta no avanço da estatização na indústria gráfica, parece incompreensível que não seja exatamente esse o entendimento em certas áreas do Governo Federal. Na verdade, esse é o entendimento, já claramente expresso, do Presidente João Figueiredo, mas não deve ser o mesmo entendimento de alguns que o assessoram. Caso contrário, já estaria vigorando um Decreto que, ainda a tempo de salvar a indústria gráfica brasileira, teria posto termo aos abusos que as estatais nesse setor vêm cometendo, livre e irresponsavelmente.

Renovo aqui, Sr. Presidente, mais um apelo ao comandante maior do meu Partido, o Senhor Presidente João Figueiredo para que exija dos seus auxiliares atenção mais acurada, e especial, para problema tão nefasto à economia do País, que seja a da crescente presença estatal na indústria gráfica brasileira.

Nesse sentido, pretendo, no próximo ano, apresentar Projeto de Delegação Legislativa, autorizando o Governo a intervir, de modo mais enérgico, contra os tentáculos estatais na indústria gráfica.

Muito prezaria não ter de apresentar tal Projeto. Se o Governo se antecipasse nessa iniciativa, considerar-me-ia tão feliz

quanto se meu tivesse sido o Projeto, pois vitoriosa estaria, por obra e graça do mentor maior do meu Partido, uma tese que na verdade não pertence a ninguém individualizadamente, mas à Nação como um todo, tal a importância e a gravidade das suas implicações positivas para o bem-estar da Nação. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Aluizio Bezerra.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Modesto da Silveira.

O SR. MODESTO DA SILVEIRA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A 20 de novembro se comemora como o "Dia da Consciência Negra", em homenagem a Zumbi, que morreu nesta data, em 1695, como líder da República dos Palmares, maior "Quilombo" de nossa História, que sobreviveu um século.

Realizam-se muitas missas históricas neste dia, dentre elas, uma celebrada por Dom José Maria Pires ("Dom Pelé"), único bispo negro do Brasil, na Serra da Barriga, Município de União dos Palmares, local em que foram sacrificados milhares de quilombolas. Outra, na Praça do Carmo, em Recife, onde a cabeça de Zumbi foi exposta, depois de morto.

O texto da missa, que transcreve em homenagem a todos os negros é de Dom Pedro Casaldáliga e Pedro Tierra, sendo que Milton Nascimento a musicou:

"MISSA DOS QUILOMBOS

I. Abertura — Estamos Chegando...

(Coro-Cantado)

Estamos chegando
do fundo da terra,
estamos chegando
do ventre da noite,
da carne do açoite
nós somos,
vimos lembrar.

Estamos chegando
da morte nos mares,
estamos chegando
dos turvos porões,
herdeiros do banzo
nós somos,
vimos chorar.

Estamos chegando
dos pretos rosários
estamos chegando
dos nossos terreiros,
dos santos malditos
nós somos,
vimos rezar.

Estamos chegando
do chão da oficina,
estamos chegando
do som e das formas,
da arte negada
que somos,
vimos criar.

Estamos chegando
do fundo do medo,
estamos chegando
das surdas correntes,
um longo lamento
nós somos,
vimos louvar.

(Estrilho)

— Do Exílio da vida,
das Minas da Noite,
da carne vendida,
da Lei do açoite,
do Banzo dos mares...

aos novos Albores!
Vamos a Palmarés
todos os tambores!!!

II. em Nome do Deus..

(Coro-Cantado)

Em nome de Deus
de todos os nomes
— Javé
Obatalá
Olurum
Oió.

Em nome do Deus, que
a todos os Homens
nos faz da ternura
e do pó.

Em nome do Pai,
que faz toda carne,
a preta e a branca,
vermelhas no sangue.

Em nome do Filho,
Jesus nosso irmão,
que nasceu moreno
da raça de Abraão.

Em nome do
Espírito Santo,
bandeira do canto
do negro folião.

Em nome do Deus
verdadeiro
que amou-nos primeiro
sem dividação.

Em nome dos Três
que são um Deus só,
Aquele que era,
que é,
que será.

Em nome do Povo
que espera,
na graça da Fé
à voz do Xangô,
o Quilombo-Páscoa
que o libertará.

Em nome do Povo
sempre deportado
pelas brancas velas
no exílio dos mares;
marginalizado
nos cais, nas favelas
e até nos altares.

Em nome do Povo
que fez seu Palmares,
que ainda fará
Palmares de novo
— Palmares, Palmares,
Palmares do Povo!!!

V. Ofertório

(Coro-Cantado)

(Estrilho)

Na cuia das mãos
trazemos o vinho e o pão,
a luta e a fé dos irmãos,
que o Corpo e o Sangue
do Cristo serão.

(Recitado)

O ouro do Milho
e não o dos Templos,
o sangue da Cana
e não os Engenhos,
O pranto do Vinho
no sangue dos Negros,
O Pão da Partilha
dos Pobres Libertos.

(Coro-Cantado)

Trazemos no corpo
o mel do suor,
trazemos nos olhos
a dança da vida,
trazemos na luta,
a Morte vencida.
No peito marcado
trazemos o Amor.
Na Páscoa do Filho,
a Páscoa dos filhos
recebe, Senhor.

(Solo-Cantado)

Trazemos nos olhos,
as águas dos rios,
o brilho dos peixes,
a sombra da mata,
o orvalho da noite,
o espanto da caça,
a dança dos ventos,
a lua de prata,
trazemos nos olhos
o mundo, Senhor!

(Recitado)

— Na palma das mãos
trazemos o milho,
a cana cortada,
o branco algodão,
o fumo-resgate,
a pinga-refúgio,
da carne da terra
mo'damos os potes
que guardam a água,
a flor de alecrim,
no cheiro de incenso,
erguemos o fruto
do nosso trabalho,
Senhor! Olorum!

(Solo-Cantado)

O som do atabaque
marcando a cadência
dos negros batuques
nas noites imensas
da África negra,
da negra Bahia,
das Minas Gerais,
os surdos lamentos,
calados tormentos,
acolhem Olorum!

(Recitado)

— Com a força dos braços
lavramos a terra,
cortamos a cana,
amarga doçura,
na mesa dos brancos.

— Com a força dos braços
cavamos a terra, colhemos o ouro
que hoje recobre
a igreja dos brancos.

— Com a força dos braços
plantamos na terra o negro café,
perene alimento
do lucro dos brancos.

— Com a força dos braços,
o grito entre os dentes,
a alma em pedaços,
erguemos impérios,
fizemos a América
dos filhos dos brancos!

(Coro-Cantado)

A brasa dos ferros
lavrou-nos na pele,
lavrou-nos na alma,
caminhos de cruz.
Recusa Olorum o grito,
as correntes e a voz do feto,
recebe o lamento, acolhe a revolta
dos negros, Senhor!

VII. Comunhão

(Coro-Cantado)

Bebendo a divina bebida
do teu Sangue
Limpo, Senhor, lavamos as
marcas da vida,
Libertos na Lei do Amor.

Comendo a carne vivente
do Teu Corpo
morto na Cruz, vencemos a Morte
insolente na vida mais forte,
Jesus.

Nutrindo a luta
na Aliança e a Marcha em
teu novo Maná, queremos firmar
a Esperança da Aruanda que
um dia virá.

VIII. Ladainha (Leitor)

Unidos à procura dos quilombos da Libertação celebramos a "memória perigosa" da Páscoa de Jesus, comungando a força do seu Corpo Ressuscitado. Recolhemos na mesma comunhão o trabalho, as lutas, o martírio do Povo Negro de todos os tempos e de todos os lugares. E invocamos sobre a caminhada, a presença amiga, dos Santos, das Testemunhas, dos militantes, dos Artistas, e de todos os construtores anônimos da Esperança Negra.

(Solo-Cantado)

Porque está na hora
pedimos o auxílio
de todos os santos,
chamamos a força dos
mortos na luta
porque está na hora,
o jeito dos mestres
da reza e do canto;
porque está na hora,
cantamos mã'embes
pra Nossa Senhora.

(Coro-Cantado)

Caô-Cabê em si-lobà
Todos os santos
nos vão ajudar!

(Recitado)

(Voz-M) Zumbi dos Palmares, Patriarca mártir de todos os Quilombos de ontem, de hoje e de amanhã.

(Voz-F) Dragão do Mar, Francisco José do Nascimento, João Cândido que a chibata não dobrou, Pedro Ivo sombra dos Praieiros pernambucanos, Angelim dos Cabanos, madeira da Resistência e todos os rebeldes do Povo, na Terra e no Mar. (M) — José do Patrocínio e todos os pregoeiros da Libertação. (F) — Haussás, Nagôs e Alfiates da Negra Bahia, e todos os Grupos e movimentos Negros que reivindicam o Futuro. (M) — Arturo Alfonso Schomburg, memória "do Povo sem História", voz libertária do Caribe. (F) — Lumumba, tambor-tempestade da África levantada. (M) — Chimpa-Vita, Beatriz do Congo, bandeira em chamas das negras-coragem; e todas as mães-pretas arrancadas da pedra morta para as lutas da vida! E todas as Marlys das baixadas desmascarando o rosto dos assassinos e todas as anônimas heróicas comadres negras, eixo fecundo da Sobrevivência da Raça. (F) — Negrinho do Pastoreio, anjo dos vaqueiros das reses perdidas e todos os guias negros das causas do Povo (M) — Crianças de Soweto e de Atlanta, massacres da prepotência racial, colheita prematura da Juventude Negra. (F) — Santeiro Aleijadinho, entalhador dos Santos do Povo. (M) — Louis Amstronge e todos os metais e todas as cordas e todos os Negros Spirituais da América Negra. (F) — Amílcar Cabral, pai educador da Liberdade Africana. (M) — James Meredith, paixão matinal e todos os estudantes dos campos e das ruas que marchais abrindo História. (F) — Solano Trindade e todos os poetas da madeira, da palavra e da alma negra nunca embranquecida. (M) — Santo Dias, Companheiro, suor e sangue da Periferia, mártir na cruz das Empresas, e todos os retirantes, lavradores, bóias-frias e operários, construtores do Sindicato-livre e da

Comunidade Fraterna. (coro-cantado) caô... (F) — Santos Reis dos presentes da terra e do culto, peregrinos incansáveis à luz da estrela, atrás do Menino. (M) — São Benedito, irmão acolhedor dos perdidos dos Pobres. (F) — Santo Agostinho, mente e coração da África Mãe. (M) — São Martinho de Lima, porteiro solícito da América Negra. (F) — Santa Efigênia, discípula do Apóstolo e congregadora de virgens. (M) — São Pedro Claver, escravo fraterno dos escravos negros. (F) — São Gonçalo do Amarante, peregrino e evangelizador dos Pobres. (M) — São Cósme e Damião, curadores do povo sofredor. (F) — Valência Cano, mártir bom pastor do Litoral Negro, Irmão Lourenço de Nossa Senhora, garimpeiro do Evangelho, ermitão da Comunidade. Frei Gregório de José Maria, deportado para o Amazonas, Padre Canabarro, vigário comprometido no Sul e todos os pastores, romeiros, missionários, ermitães e confrades devotados ao pranto e à Esperança do Povo Negro. (M) — Santo Onofre, anacoreta da longa solidão. (F) — Carlos Lwanga e companheiros mártires de Uganda. (M) — Martin Luther King, pastor na vida e na Morte, voz permanente da marcha da Libertação e todos os mártires da Paz perseguida.

(Coro-Cantado) Caô...

X. Marcha Final

(Música de Banzo e de Esperança)

(Solo-Masc. Cantado)

— Banzo da Terra
que será nossa, banzo de todos
na Liberdade, banzo da vida
que será outra, banzo do Reino,
maior saudade, saudade em luta
do Amanhã, vontade da Aruanda
que um dia virá! Saudade da Terra
e dos Céus, o banzo do Homem,
saudade de Deus.

(Coro-Cantado)

— Trancados na Noite,
Milênios afora
forçamos agora,
as portas do Dia.
Faremos um Povo
de igual Rebeldia.
Faremos um Povo
de bantus iguais.
Faremos de
todos os lares
fraternas senzalas,
sem mais.
Faremos a Negra utopia
do novo Palmares
na só Casa Grande
dos filhos do Pai.

* *

Os Negros da África,
os afros da América,
os Negros do Mundo,
na Aliança com todos
os Pobres da Terra.

* *

Seremos o Povo dos Povos:
Povo resgatado,
Povo aquilombado,
livre de senhores,
de ninguém escravo,
senhores de nós,
irmãos de senhores,
filhos do Senhor!

* *

(Solo-Cantado)

— Sendo Negro o Negro,
sendo índio o índio,
sendo cada um
como nos tem feito
a mão de Olorum."

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Frejat.

O SR. JOSÉ FREJAT (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Transcorreu no dia 29 de novembro a data natalícia da Iugoslávia, e como eu não estava presente, naquele dia, deixo hoje aqui assinalado nos Anais alguns dados sobre a Iugoslávia, que tem uma brava história a exibir a todos aqueles povos que queiram palmilhar um caminho independente, um caminho nacional, construindo a sua própria independência.

Os seus dirigentes, seja através de antigos governantes, como através do grande Presidente Tito, e agora dos novos dirigentes da Iugoslávia, estão levando o País a um caminho que foi construído pelo próprio povo e que foi eleito pela própria comunidade dos povos que formam a Iugoslávia, e merece um registro para que todos nós tenhamos conhecimento da experiência por que passaram os povos que formam aquele país democrático.

Sr. Presidente, a 29 de novembro os iugoslavos comemoram a Data Nacional do seu País. Nessa data, em 1943, reuniu-se na cidade de Jajce o Conselho Antifascista de Libertação Nacional da Iugoslávia, órgão representativo de todas as forças patrióticas da Iugoslávia em luta contra os ocupadores nazi-fascistas. A reunião teve lugar na zona central de um vasto território libertado dentro da Europa subjugada. Integravam o Conselho (AVNOJ) delegados democraticamente eleitos, do Exército Popular de Libertação e de uma extensa rede de comitês populares de libertação, que exerciam o poder nas áreas libertadas e organizavam todas as formas de resistência aos invasores nas regiões por estes ocupadas.

Nessa reunião, o AVNOJ proclamou a Iugoslávia como comunidade federativa de povos iguais em direitos, com sistema democrático de poder popular.

Desde o início encontrou-se à frente do potente movimento de libertação o Partido Comunista da Iugoslávia, sob a direção de Josip Broz Tito. Após as maciças demonstrações contra a adesão do governo ao Pacto Tripartite das potências fascistas em fins de março, na manhã de 6 de abril de 1941, sem qualquer declaração de guerra Belgrado e algumas outras cidades sofrem pesado bombardeio da aviação alemã, enquanto pelas fronteiras da Iugoslávia adentravam 56 divisões alemãs, italianas, húngaras e búlgaras. Durante toda a duração da guerra, as potências do Eixo foram obrigadas a manter nos teatros de luta na Iugoslávia até 60 divisões, que lhes eram muito necessárias em outras frentes, seja na Europa Ocidental, na frente soviética ou no Norte da África.

A partir de pequenos destacamentos guerrilheiros, que em geral se abasteciam com as armas tomadas ao inimigo, criou-se um poderoso Exército que à época da II reunião do AVNOJ já contava com 300.000 combatentes e havia expulso o inimigo de um terço do território iugoslavo. Até o fim da guerra, o número de combatentes elevou-se a 800.000.

Ao tempo da II sessão do AVNOJ ocorre também o reconhecimento internacional do Movimento de Libertação Popular chefiado por Tito. Países membros da coalizão antifascista enviam suas missões militares como observadoras junto ao Supremo Quartel-General do Exército Popular de Libertação da Iugoslávia. Dois dias após o término da Sessão do AVNOJ, os Aliados declaram que a Conferência de Ialta "decidiu que se deve prestar a maior ajuda possível aos guerrilheiros na Iugoslávia".

Após a vitória final sobre os invasores, em eleições livres e democráticas realizadas a 11 de novembro de 1945 é eleita a Assembleia Constituinte que, interpretando os anseios da esmagadora maioria dos povos iugoslavos, estabeleceu o sistema federativo, erigindo a Iugoslávia em fraternal comunidade democrática de povos soberanos voluntariamente unidos, na qual as nações e etnias são iguais em direitos. Ao mesmo tempo, instituiu a via socialista de desenvolvimento.

Já em 1950 introduziu-se no País a gestão obreira, entregando-se as empresas à gestão dos que nelas trabalham. Desencadeou-se com isso um processo de profundas modificações nas estruturas econômicas, sociais e políticas, processo esse ainda em desenvolvimento. Na realidade, está sendo estruturado no País um sistema de autogestão integral, assentado no direito dos trabalhadores e cidadãos de gerirem a totalidade dos assuntos da sociedade, desde as suas organizações de base. Um dentre cada cinco iugoslavos maiores de idade já foi eleito para participar de delegações autogestionárias. Cada qual, juntamente com os demais trabalhadores e cidadãos, examina todas as questões sociais de importância, encarregando seus delegados de assumirem posições consentâneas com os seus interesses e de defenderem a adoção de correspondentes decisões.

Três décadas de desenvolvimento autogestionário trouxeram radicais transformações. Neste período a Iugoslávia superou sua grande penúria e atraso, transformou-se em país industrializado

mediatamente desenvolvido. Três quintas partes dos cidadãos com vínculo de trabalho concluíram um curso secundário ou superior.

Tendo pago elevadíssimo preço pela sua liberdade e independência (só na última Guerra Mundial cerca de 1.700.000 vidas, sem contar as perdas materiais), os iugoslavos têm o mais alto apreço pelo direito de cada povo à autodeterminação, a construir em paz o seu destino e a usufruir suas riquezas naturais, sem injunções externas. Por isso mesmo, a Iugoslávia não se alinhou em nenhum dos blocos políticos, militares ou econômicos. O saudoso Presidente Tito foi um dos fundadores e até o fim de sua vida o mais destacado paladino do movimento dos países não-alinhados.

As relações entre a Iugoslávia e o Brasil têm sido tradicionalmente amistosas. Aliados nas duas grandes conflagrações mundiais, os povos iugoslavo e brasileiro jamais tiveram qualquer disputa entre si. Pelo contrário, os representantes dos dois países vêm colaborando ativamente nos foros internacionais, em especial no chamado "grupo dos 77", na UNCTAD, na busca de uma nova e mais justa ordem econômica mundial e contra o colonialismo e discriminação racial. No plano bilateral, a colaboração realiza-se no campo cultural (Bienal de São Paulo, participação em exposições, intercâmbio de artistas, etc.), no esportivo, turístico, ao passo que o intercâmbio econômico não tem aproveitado suficientemente as potencialidades existentes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joel Lima.

O SR. JOEL LIMA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Inicialmente agradeço a V. Ex.^a a oportunidade que nos deu de ocupar a tribuna neste dia. A minha intenção era fazer uma colocação, um apelo ao Ministro da Justiça, mas em aqui chegando ouvi as palavras do Deputado Edison Lobão, de altos elogios, naturalmente, ao Ministro Ludwig, a quem não tenho nada para falar contra nem a favor, muito pelo contrário, porque a presença dele no Ministério foi para tirar de lá um cidadão altamente democrata, inteiramente identificado com a escolaridade e com a vida universitária do País, colocando em seu lugar um homem de confiança do SNI ou do Senhor Presidente da República, etc.

Vejamos, Sr. Presidente, o pecado que se faz em enganar a comunidade estudantil brasileira com esse formulário de bolsas de estudo que é chegado a esta Casa, a todos os parlamentares com um valor absolutamente irrisório. Chegamos à conclusão de que este formulário de bolsa de estudo dado pelo MEC, no Estado do Rio de Janeiro, na sua totalidade, não representa sequer 5% da anuidade. Isto é, não dá nem sequer para pagar 1 mês de escola de 2.^o grau. Para aquelas escolas do interior ainda dá para pagar 1 mês e meio, etc., mas nas escolas dos grandes centros — Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo — não dá sequer para pagar 1 mês.

Por isso, Sr. Presidente, era preciso que o Ministro da Educação estudasse uma forma de regionalizar o valor desses formulários de bolsas de estudo. O Deputado Edison Lobão disse que lá, na sua terra, no Maranhão, os colégios vão aumentar a anuidade, de 8 mil cruzeiros e passarão para 12 mil cruzeiros. No Rio de Janeiro, Sr. Presidente, a anuidade vai para 70, 80 mil cruzeiros. Então, era preciso que o Ministro da Educação estudasse uma forma, que S. Ex.^a, segundo as palavras de alguns deputados, é atencioso, desejoso de acertar, estudasse uma forma de regionalizar os formulários de bolsas de estudo, de acordo com o custo nas regiões em que elas realmente valem.

Por outro lado, Sr. Presidente, fazer um apelo aqui ao Ministro da Justiça, no sentido de que seja cedido à Justiça do Trabalho localizada em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, o prédio que até então era ocupado pela Justiça Federal, pois que, em se deslocando para o Rio de Janeiro as três Varas da Justiça Federal ali sediadas, o prédio ficou vazio, e a Justiça do Trabalho, que também é uma Justiça Federal, está mal localizada. Por isso, Sr. Presidente, resta ao Ministro da Justiça a grande oportunidade de prestar à Justiça do Trabalho este serviço maravilhoso, em lhe cedendo aquele prédio que pertencia à Justiça Federal, pois são ambas federais. É simplesmente uma manobra burocrática, de ceder aquele prédio à Justiça do Trabalho na certeza de que, em assim fazendo, S. Ex.^a estará atendendo aos interesses dos Juizes do Trabalho, de Niterói, estará atendendo aos advogados trabalhistas, estará atendendo, muito particularmente e sobretudo, aos Sindicatos dos Trabalhadores ali localizados. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Vasconcelos.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELOS (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas:

O Sr. Delfim Netto vem, nos últimos dias, incentivando a sua pregação subversiva, tentando desmoralizar o Congresso Nacional, e da maneira mais vil possível.

Este Congresso aprovou, após negociações da Liderança do PDS com o Executivo, alteração no texto proposto da reforma da Previdência Social, e, por sugestão do Executivo, da SEPLAN, resolveu taxar os supérfluos em 20%. Quando o Sr. Delfim Netto voltou ao Brasil, começou toda uma pregação na tentativa de desmoralizar o Congresso Nacional e incompatibilizá-lo com a opinião pública brasileira, afirmando, em jogo de palavras, a impossibilidade de serem os supérfluos taxados. Desonestamente, porque sabe S. Ex.^a, conforme publicado na *Folha de S. Paulo* do último domingo, que existem inúmeros produtos supérfluos que estão isentos do IPI e, se esses produtos fossem taxados, teríamos resolvido o problema da Previdência Social.

Sr. Presidente, 7 mil produtos, estão isentos do IPI no Brasil, isenção, na sua maioria, conforme nos afirma o Deputado Hélio Duque, declarada a partir do ano de 1979 pelo Sr. Delfim Netto. Ele que é um economista, um professor universitário, um homem vivo, sabe que está dizendo asneiras, mas o faz movendo toda uma máquina promocional para desmoralizar o Congresso Nacional, para desmoralizar o Líder do PDS, que fez gestões com o Poder Executivo — o Deputado Cantídio Sampaio. Assume esse procedimento justamente porque está inserido numa luta que quer desativar o caminho de democratização do País que tantos procuram antecipar.

Hoje mesmo o Sr. Viacava declara que o Congresso Nacional tem que resolver o problema da Previdência Social se não o Poder Executivo o resolve.

Esse comportamento tem que ser condenado, e tem que ser condenado não só pelas Oposições brasileiras como por todos os partidos que têm assento no Congresso Nacional. É a subversão em marcha, é o Sr. Delfim Netto querendo decidir não só a economia que levou à falência como decidir o destino político no Brasil, procurando os rumos da instalação de uma ditadura neste País.

A tanta mentira, a tanta falsidade há muito tempo não assistíamos neste País. Esse comportamento do Sr. Delfim Netto, de certo, é para evitar que com a democracia se apurem os crimes que o modelo econômico cometeu contra o povo brasileiro, que se apurem as corrupções que beneficiaram minorias e que nunca foram tão grande como as que se praticam nos últimos anos no País.

Lanço, portanto, Sr. Presidente, o meu protesto, que deve ser — repito — o protesto de todos os partidos, porque a tentativa vil, desonesta do Sr. Delfim Netto, não atinge somente o PMDB, o PP, o PDT, o PTB, o PT. Atinge o Congresso Nacional. Em consequência, atinge o PDS, cujo Líder na Câmara dos Deputados negociou com o Executivo a solução que foi dada à Previdência e recebeu do Executivo, da Secretaria que tem o Sr. Delfim como Titular, a sugestão de taxar os supérfluos para resolver a crise da Previdência Social. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está esgotado o período destinado para breves comunicações.

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à votação da Proposta de Emenda à Constituição n.º 62, de 1981, que altera o art. 98 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido e deferido o seguinte

Em 2 de dezembro de 1981.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n.º 73, de 1981, solicitamos a Vossa Excelência a prorrogação, por 30 (trinta) dias, do prazo concedido a este Órgão para apresentação do parecer e que se encerra nesta data.

O pedido em apreço justifica-se pela relevância da matéria e pela necessidade de se dar ao eminente Senhor Relator, Senador Moacyr Dalla, um maior prazo para elaboração de seu parecer.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos de estima e elevada consideração. — **Elquisson Soares**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Passa-se à Item 1:

ORDEM DO DIA

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 46, de 1981, que dá nova redação ao art. 15, § 3.º, alínea "f", e ao art. 177, § 1.º, da Constituição Federal, tendo

PARECER CONTRÁRIO, sob n.º 106, de 1981-CN, da Comissão Mista.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta do último dia 25 de novembro, às 11 horas, ficando a votação adiada por falta de "quorum".

Hoje, esta sessão foi aberta acusando o comparecimento de 50 Srs. Senadores e de 234 Srs. Deputados. Haveria número para se realizar a votação, se pelo menos 1/3 desses representantes estivessem em plenário. Além de termos um número mínimo para o prosseguimento da sessão, não temos nenhum elemento da Mesa da Câmara dos Deputados para iniciar a votação. Em consequência, não havendo **quorum** em plenário, deixamos, mais uma vez, de realizar a votação, que fica adiada.

O Sr. Ruy Codo — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Ruy Codo.

O SR. RUY CODO (Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de saber de V. Ex.^a quando esta emenda retornará ao plenário, porque justamente hoje, estão reunidos todos os Partidos — a bancada do PMDB, do PP, do PDT e assim por diante — bem como as Comissões, razão por que o plenário não está funcionando.

Quando o Ministro da Educação vem a público, através da imprensa, diz que a pré-escola é uma necessidade, é lamentável que este Congresso Nacional coloque justamente emenda deste porte para ser apreciada no dia de hoje, quando os parlamentares estão todos reunidos.

Então, gostaria que V. Ex.^a incluísse na reunião da tarde, ao lado, justamente, daqueles funcionários públicos que aqui comparecerão à noite, para fazer um apelo aos Srs. Parlamentares, para que compareçam a plenário. Ou, então, Sr. Presidente, que emenda dessa natureza não entre mais em plenário numa hora destas. Isso é uma vergonha nacional, quando toda a Nação está pedindo, está clamando para que a Nação entregue a pré-escola para salvar a criança brasileira. (Muito bem!)

Então, Sr. Presidente, eu faço um apelo para que uma emenda dessa natureza não seja esmagada por um plenário vazio, quando uma população inteira está querendo salvar a criança brasileira. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Ouvi a reclamação de V. Ex.^a e nada podemos fazer, se não houver acordo de Lideranças, para que a Presidência possa escolher, ainda no final deste período legislativo, uma sessão para que seja incluída a votação desta emenda.

Sabe V. Ex.^a que hoje é um dia privilegiado para a votação de emendas. A Mesa nada tem com as reuniões, que estão ocorrendo, de partido políticos. Ela convocou todos os parlamentares para a sessão e demorou com o Expediente por uma hora, a fim de permitir que esses partidos políticos encerrassem as suas reuniões e viessem a plenário. Como não vieram, não há porque fazer a votação. De modo que V. Ex.^a fica sabendo que vamos adiar a votação por falta de **quorum** em plenário.

O SR. RUY CODO — Eu gostaria de saber quando ela entrará de novo em plenário, porque amanhã é o último dia.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Nós vamos ver a disponibilidade do calendário e, se possível, nós a incluiremos.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Item 2:

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 47, de 1981, que altera a redação dos arts. 23, 25 e 26 da Constituição Federal, tendo

PARECER CONTRÁRIO, proferido oralmente pelo Senhor Deputado-Isaac Newton.

Em face da inexistência de "quorum" para deliberação, a votação da matéria fica adiada para outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 5 minutos.)

ATA DA 330.^a SESSÃO CONJUNTA, EM 2 DE DEZEMBRO DE 19813.^a Sessão Legislativa Ordinária, da 46.^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. GILVAN ROCHA

AS 19 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guilomard — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvidio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Martins Filho — Cunha Lima — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Franco Montoro — Orestes Quércia — José Caixeta — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Benedito Canelas — Valdon Varjão — Vicente Vuolo — José Fragelli — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Otávio Cardoso.

E os Srs Deputados

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nabor Júnior — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Joel Ferreira — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Rafael Faraco — PDS; Ubaldino Melrelles — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Jader Barbalho — PMDB; João Menezes — PP; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PP; Manoel Ribeiro — PDS; Nélio Lobato — PP; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Andrade — PDS.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Edson Vidigal — PP; Epitácio Cafeteira — PMDB; Freitas Diniz — PT; João Alberto — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Luiz Rocha — PDS; Marão Filho — PDS; Nagib Haickel — PDS; Temístocles Teixeira — PMDB; Victor Trovão — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Carlos Augusto — PP; Hugo Napoleão — PDS; João Clímaco — PDS; Joel Ribeiro — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Pinheiro Machado — PP.

Ceará

Adauto Bezerra — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Antônio Moraes — PP; Cesário Barreto — PDS; Claudino Sales — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Paulo Studart — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PDS; Carlos Alberto — PDS; Djalma Marinho — PDS; Henrique Eduardo Alves — PP; João Faustino — PDS; Pedro Lucena — PP; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Ademar Pereira — PDS; Alvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Antônio Mariz — PP; Arnaldo Lafayette — PMDB; Carneiro Arnaud — PP; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Marcondes Gadelha — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Wilson Braga — PDS.

Pernambuco

Alron Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Carlos Wilson PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Coelho — PMDB;

Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Joaquim Guerra — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Marcus Cunha — PMDB; Milvernes Lima — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fluzza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PP; Thales Ramalho — PP.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Antônio Ferreira — PDS; Geraldo Bulhões; José Alves — PDS; José Costa — PMDB; Mendonça Neto — PMDB; Murilo Mendes — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PMDB; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Raymundo Diniz — PDS; Tertuliano Azevedo — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Ana — PP; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Henrique Brito — PDS; Hildérico Oliveira — PMDB; Honorato Vianna — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Viana — PMDB; José Amorim — PDS; José Penedo — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Menandro Minahim — PDS; Ney Ferreira — PDS; Odulfo Domingues — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Rogério Rego — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Roque Aras — PMDB; Ruy Bacelar — PDS; Stoessel Dourado — PDS; Ubaldo Jantas — PP; Vasco Neto — PDS; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Christiano Dias Lopes — PDS; Feu Rosa — PDS; Gerson Camata — PMDB; Luiz Baptista — PP; Mário Moreira — PMDB; Max Mauro — PMDB; Theodorico Ferraço — PDS; Walter de Prá — PDS.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Alcir Pimenta — PP; Alvaro Valle — PDS; Célio Borja — PDS; Celso Peçanha — PMDB; Daniel Silva — PP; Darcílio Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PP; Délio dos Santos — PMDB; Edson Khair — PMDB; Felipe Penna — PMDB; Florim Coutinho — PMB; Hydekell Freitas — PDS; Joel Lima — PP; Joel Vivas — PP; Jorge Cury — PTB; Jorge Gama — PMDB; Jorge Moura — PP; José Bruno — PP; José Frejat — PDT; José Maria de Carvalho — PMDB; José Mauricio — PDT; José Torres — PDS; Lázaro Carvalho — PP; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PP; Mac Dowell Leite de Castro — PP; Marcello Cerqueira — PMDB; Márcio Macedo — PP; Miro Teixeira — PP; Modesto da Silveira — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Oswaldo Lima — PP; Paulo Rattes — PMDB; Paulo Torres — PP; Pedro Faria — PP; Peixoto Filho — PP; Péricles Gonçalves — PP; Rubem Dourado — PP; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Símão Sessim — PDS; Walter Silva — PMDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Altair Chagas — PDS; Antônio Dias — PDS; Batista Miranda — PDS; Bento Gonçalves — PP; Bías Fortes — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PP; Castejon Branco — PDS; Christovam Chiaradia — PDS; Dário Tavares — PP; Delson Scarano — PDS; Edgard Amorim — PMDB; Edilson Lamartine Mendes — PDS; Fued Dib — PMDB; Genival Tourinho — PP; Hélio Garcia — PP; Hugo Rodrigues da Cunha — PDS; Humberto Souto — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Hercullino — PMDB; Jorge Ferraz — PP; Jorge Vargas — PP; José Carlos Fagundes — PDS; Juarez Batista — PP; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PP; Luiz Baccarini — PP; Luiz Leal — PP; Luiz Vasconcellos — PDS; Magalhães Pinto — PP; Melo Freire — PP; Moacir Lopes — PP; Navarro Vieira Filho — PDS; Newton Cardoso — PP; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Renato Azeredo — PP; Ronan Tito — PMDB; Rosemburgo Romano — PP; Sérgio Ferrara — PP; Sílvio Abreu Jr. — PP; Tarcísio Delgado — PMDB; Telêmaco Pompei — PDS; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Adhemar de Barros Filho — PDS; Ailton Sandoval — PMDB; Ailton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Alberto Goldman — PMDB; Antônio Russo — PMDB; Antônio Zacharias — PDS; Athié Coury — PDS; Audálio Dantas — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Baldacci Filho; Benedito Marcílio — PT; Bezerra de Melo — PDS; Caio Pompeu — PP; Cantídio Sampaio — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cardoso de Almeida — PDS; Carlos Nelson — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Erasmo Dias — PDS; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Francisco Rossi — PDS; Freitas Nobres — PMDB; Glória Júnior — PDS; Henrique Turner — PDS; Herbert Levy — PP; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novae — PMDB; Jayro Maltoni — PDS; João Arruda — PDS; João Cunha — PMDB; Jorge Paulo — PDS; José Camargo — PDS; Maluly Netto — PDS; Mário Hato — PMDB; Natal Gale — PDS; Octacílio Almeida — PMDB; Octávio Torrecilla — PDS; Pacheco Chaves — PMDB; Pedro Carolo — PDS; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Carvalho — PDS; Ruy Codo — PMDB; Ruy Silva — PDS; Samir Achôa — PMDB; Santilli Sobrinho — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valter Garcia — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Anísio de Souza — PDS; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Francisco Castro — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Guido Arantes — PDS; Hélio Levy — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Rezende Monteiro — PDS; Siqueira Campos — PDS.

Mato Grosso

Bento Lobo — PP; Carlos Bezerra — PMDB; Corrêa da Costa — PDS; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Louremberg Nunes Rocha — PP; Milton Figueiredo — PP.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — PT; João Câmara — PMDB; Leite Schimidt — PP; Ruben Figueiró — PP; Walter de Castro.

Paraná

Adolpho Franco — PDS; Adriano Valente — PDS; Álvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Amadeu Geara — PMDB; Antônio Annibelli — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Ary Kffuri — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Borges da Silveira — PP; Braga Ramos — PDS; Ernesto Dall'Oglio — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Heitor Alencar Furtado — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hermes Macedo — PDS; Igo Losso — PDS; Ítalo Conti — PDS; Lúcio Cioni — PMDB; Mário Stamm — PP; Maurício Fruct — PMDB; Nivaldo Kruger — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Pimentel — PTB; Pedro Sampaio — PP; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Vilela de Magalhães — PTB; Walber Guimarães — PP; Waldmir Belinati — PDS.

Santa Catarina

Abel Ávila — PDS; Adhemar Ghisi — PDS; Angelino Rosa — PDS; Arnaldo Schmitt — PP; Ernesto de Marco — PMDB; Francisco Libardoni — PMDB; João Linhares — PP; Juarez Furtado — PMDB; Luiz Cechinel — PT; Mendes de Melo — PP; Nelson Morro — PDS; Pedro Collin — PDS; Pedro Ivo — PMDB; Sady Marinho — PDS; Walmor de Luca — PMDB; Zany Gonzaga — PDS.

Rio Grande do Sul

Alcebiades de Oliveira — PDS; Alceu Collares — PDT; Aldo Fagundes — PMDB; Alexandre Machado — PDS; Aluizio Paragassu — PDT; Ary Alcântara — PDS; Cardoso Fregapani — PMDB; Carlos Chiarelli — PDS; Carlos Santos — PMDB; Cláudio Strassburger — PDS; Darcy Pozza — PDS; Elmar Guazzelli — PMDB; Eloy Lenzi — PDT; Emídio Perondi — PDS; Fernando Gonçalves — PDS; Getúlio Dias — PDT; Harry Sauer — PMDB; Jairo Brum — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lidovino Fanton — PDT; Magnus Guimarães — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Odacir Klein — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Túlio Barcellos — PDS; Victor Faccioni — PDS; Waldir Walter — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Rondônia

Isaac Newton — PDS; Jerônimo Santana — PMDB.

Roraima

Hélio Campos — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — As listas de presença acusam o comparecimento de 62 Srs. Senadores e 409 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Antes de passar ao período de breves comunicações, a Presidência deseja fazer duas observações: a primeira, é que o Congresso Nacional se sente honrado por suas galerias estarem apinhadas de gente. Essa é a Casa do povo. Devo, entretanto, advertir aos que estão assistindo, com patriotismo, esta sessão, que hoje está ela sendo presidida por um homem de Oposição, o que significa maior responsabilidade, já que a Presidência tem que ser de um magistrado. Por isso mesmo, faço um veemente apelo às galerias para que observem as regras de nosso Regimento Interno, que são conhecidas por todos os países democráticos do mundo. As galerias podem assistir, mas não podem, nem devem, em seu próprio interesse, participar ativamente da sessão.

Esta Presidência faz um apelo ao patriotismo e ao bom senso das galerias para que não haja tumulto, pois este só prejudicará o funcionário público brasileiro.

Desejo, também, advertir aos Srs. Congressistas que, em benefício mesmo da boa ordem dos nossos trabalhos, cumpriremos rigorosamente o Regimento, no que diz respeito ao período destinado a breves comunicações, para o qual são reservados 30 minutos. Temos mais de 30 Srs. Congressistas inscritos, o que torna impossível obedecer à lista de inscrição. Obedeceremos os 30 minutos regimentais, pelo que solicito aos primeiros oradores inscritos, em benefício dos demais, que tenham a brevidade possível.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Milton Brandão.

O SR. MILTON BRANDÃO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Já nos manifestamos, anteriormente, a respeito de Mensagem do Poder Executivo sobre o Estatuto dos Funcionários Cíveis da União. Esses estatutos estão elaborados, e apelávamos no sentido de que chegassem a esta Casa para serem votados e, ao mesmo tempo, para que fosse reparada essa injustiça com o funcionalismo. O estatuto em vigor está obsoleto, já não atende mais nem às conveniências, nem às finanças daqueles que precisam de mais recursos para a sua subsistência e que contribuem para a grandeza do patrimônio nacional com o seu serviço público.

Sr. Presidente, anteriormente, nos manifestamos a respeito, e passaremos a ler, para que conste dos Anais, o nosso pronunciamento anterior.

No momento, Sr. Presidente, queremos também, uma vez que o estatuto não chegou a esta Casa, nos manifestarmos favoráveis à Proposta de Emenda à Constituição n.º 62, de 1981, que altera o art. 98 da Constituição Federal, e nos dispensaremos de ler a proposição, porquanto, já publicada e do conhecimento de todos.

É chegada a hora, realmente, de repararmos uma injustiça, e oferecermos a nossa colaboração ao funcionalismo.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, embora freqüentemente anunciada, até agora a Mensagem do Poder Executivo que dispõe sobre o novo Estatuto dos Servidores Públicos da União ainda não chegou ao Congresso Nacional.

Ninguém mais ignora que o Estatuto atualmente em vigor tornou-se irremediavelmente obsoleto, ultrapassado pelos acontecimentos, além de não atender às necessidades do Governo, da Administração e, sobretudo, do funcionalismo.

As modificações introduzidas durante quase meio século no texto do velho Estatuto consubstanciado na Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1932, contribuíram para transformá-la numa antenética "colcha de retalhos", conforme reconheceu o próprio DASP, em várias ocasiões.

A substituição dessa lei perempta, cuja aplicação gerou distorções, injustiças, e uma avassaladora pleora de instruções normativas, geralmente voltadas contra os interesses do funcionalismo, transformou-se numa das mais veementes e prioritárias reivindicações dos servidores públicos de todos os níveis.

Os aposentados são, na verdade, os párias marginalizados que aguardam, depois de toda uma existência dedicada aos serviços públicos, a inexorabilidade da morte que se avizinha célere, encontrando-os, em sua quase totalidade, nas fronteiras do pauperismo, da miséria e das frustrações que atormentam os seus últimos dias.

É de se presumir que o novo Estatuto do Funcionalismo público corrija as injustiças da tecnoburocracia inimiga dos inativos, aposentados e pensionistas.

Não há outra alternativa para os velhos servidores marginalizados, fora do novo Estatuto, mesmo porque, em face das doenças e perigos gerados pela inexorabilidade da velhice, já não dispõem de condições para enfrentar as duras pelejas de uma difícil sobrevivência.

Sr. Presidente, encontram-se apreensivos e perplexos os servidores públicos civis de todo o Brasil com a excessiva demora no que se refere à implantação de um novo Estatuto que traga no seu bojo as velhas reivindicações a saber:

1.^a) o 13.^o salário, que todos os trabalhadores brasileiros já recebem;

2.^a) Reajustes semestrais, destinados a corrigir os salários corroidos pela erosão inflacionária;

3.^a) Eliminação da duplicidade de regimes jurídicos — o estatutário e o "celetista" (CLT) — nas repartições públicas, corrigidas as distorções, deficiências e injustiças desses ordenamentos jurídicos;

4.^a) Incorporação ao texto do novo Estatuto do Funcionalismo do auxílio-educação, auxílio-habitação, auxílio-transporte, e assim por diante.

Atento a esse clamor generalizado, o Diretor-Geral do DASP, Ministro José Carlos Soares Freire, promoveu, pouco tempo depois de sua posse, em março de 1979, convênio com a Fundação Getúlio Vargas para elaboração do Anteprojeto do Estatuto dos Servidores Públicos, destinado a substituir a mencionada Lei n.º 1.711/32.

É exatamente o advento de um novo Estatuto, atualizado e modernizado, que o funcionalismo público vem reclamando, no qual se incluem suas reivindicações básicas, tais como o 13.^o Salário e os reajustes semestrais.

Os jornais informaram que o DASP encaminhou ao Tribunal de Contas da União e ao Tribunal Federal de Recursos o rascunho do anteprojeto elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, com a finalidade de colher sugestões, e aperfeiçoamentos de natureza jurídica.

Notícias mais recentes divulgadas pela Imprensa anunciaram que o DASP já teria submetido à aprovação do Presidente da República o anteprojeto definitivo.

Apesar da demora e do sinuoso andamento que tem caracterizado a elaboração do novo Estatuto do Funcionalismo Público, as informações divulgadas foram recebidas com sensação de alívio e justificada satisfação, principalmente porque estaria assegurada a velha aspiração do 13.^o Salário, que todos os trabalhadores brasileiros conseguiram e recebem com notável regularidade como uma das mais expressivas conquistas de nossa legislação trabalhista.

Também os aposentados e inativos se regozijaram com as perspectivas de um tratamento mais justo e mais humano, porque têm sido, até agora, prejudicados.

Finalmente, Sr. Presidente, sejam-me permitido concluir estas breves considerações formulando veemente apelo ao DASP e à SEPLAN, no sentido de que sejam tomadas providências que possibilitem melhorar de imediato — enquanto se discute o novo Estatuto — a grave situação dos humildes servidores estaduais e municipais.

Ninguém mais neste País ignora a tragédia que é a vida quotidiana das professoras primárias do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Minas Gerais — em síntese, da quase totalidade dos Estados brasileiros, excetuados, possivelmente, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

O funcionalismo estadual e municipal tem sido esquecido.

Ms este será o tema de outro pronunciamento, desta tribuna porque, na verdade, trata-se de problema cujas dimensões justificam análise específica.

Sr. Presidente, outro assunto de que precisamos tratar, nesta oportunidade, tendo em vista que estamos encerrando o período legislativo, é a respeito da nossa região, é a respeito do Nordeste, onde o quadro de fome é dantesco, onde os nossos rebanhos são dizimados pelas doenças, onde os meios creditícios, por parte dos bancos oficiais, já estão exauridos.

Queremos fazer um apelo ao Presidente Figueiredo no sentido de que tome novas providências, ofereça novas injeções aos estabelecimentos de créditos, por meio de recursos, a fim de que atendam as nossas populações, já em demanda, há muitos anos, em procura de outros pontos do território nacional.

Se tivermos uma assistência, pelo menos, por três meses, teremos, por certo, as chuvas da providência, e não serão exauridos aqueles campos, aquelas glebas de terra pelos seus habitantes que poderão abandoná-las se não chegarem a tempo os recursos necessários para sua sobrevivência.

Apelo ao Governo no sentido de tomar essas providências e esperamos que o Presidente Figueiredo, que tem demonstrado a sua sensibilidade e o seu espírito público lance suas vistas, nesses próximos três meses para todas as populações do Nordeste.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Victor Faccioni.

O SR. VICTOR FACCIONI (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Indústria Caxiense lança o caminhão RK-435 fabricado pela Randon, inteiramente nacional com capacidade para 35 toneladas. É um fora-de-estrada.

Desejo saudar, cumprimentar e destacar a empresa nacional, representada no destaque da Randon S/A, ao lançar mais um produto importante em sua linha de fabricação, o caminhão RK-435, resultado exclusivamente da tecnologia nacional. Empresa nativa, brasileira, caxiense do Rio Grande do Sul, a Randon começou pequena, e hoje se destaca no cenário fabril do país, com sua marca identificada como alta qualidade, em jamantas, carrocerias, e caminhões, vistos a transportar riquezas nas estradas e fora de estrada, em importantes obras do país e no exterior.

A Randon S/A, Veículos e Implementos, de Caxias do Sul, minha terra natal, lançou, ontem dia primeiro de dezembro, o caminhão fora de estrada RK-435, com capacidade para 35 toneladas e resultado de tecnologia nacional. O caminhão RK-435 é fabricado integralmente por técnicos, capital e empresas brasileiras, sendo o "único que não paga royalties ou assistência ao exterior".

Além disso, "é o que pesa menos e consegue carregar mais, dando um custo bem menor que os daqueles que são usados em atividades fora de estrada" conforme acentuou o Presidente da Empresa, Sr. Raul Randon.

O caminhão RK-435 "vai representar consumo bem menor de combustível por hora de trabalho e não por quilometragem rodada, já que se trata de um veículo fora de estrada".

O carro foi submetido a testes na Companhia Brasileira de Cobre e os resultados apontaram "uma economia variável entre 10 a 15 por cento".

O caminhão RK-435, destina-se inicialmente ao mercado nacional, mas a Randon não afasta a possibilidade de que ele venha a ser comercializado no exterior, assim que se firmar no Brasil.

Para 1982, a produção e as vendas esperadas são de 15 a 20 unidades e "para o mercado de trabalho em que atua a Randon, vai representar uma estabilidade que atualmente não existe. Dará a segurança de que todos os atuais funcionários permanecerão no emprego, ao mesmo tempo em que permitirá a contratação de mão-de-obra, dados positivos, especialmente considerando-se que estamos vivendo um período de violenta retração".

Em função da produção do RK-435, a Randon deverá contratar inúmeros funcionários especializados na produção de caminhões, e isto numa cidade onde tem ocorrido preocupante índice de desemprego.

A produção vai iniciar ainda este ano e o novo veículo terá um custo aproximado de Cr\$ 40 milhões de cruzeiros.

O apoio e prestígio do Governo à pequena e média empresa nacional, e sendo brasileira, mesmo a grande empresa, é indispensável para o desenvolvimento seguro do país.

É comum darmos mais valor aos produtos e empresas estrangeiras, quando temos aqui, em nosso país, industriais e indústrias que, bem estimuladas e amparadas pelo Governo, muito poderiam compensar em termos de necessidade e dependência externa, fortalecendo a economia e a própria soberania do Brasil.

O exemplo da Randon, é por todos os motivos digno de nota, e da atenção Governamental, eis por que, o registro que faço desta Tribuna.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Modesto da Silveira.

O SR. MODESTO DA SILVEIRA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Estamos vivendo dias históricos, diz a lei e os costumes, ou melhor, mais a lei do que os costumes, que todos são iguais perante a lei. Entretanto, muitos são mais iguais do que outros. E hoje, esta Casa deve apreciar um desses casos típicos em que alguns são, efetivamente, muito mais iguais do que outros.

Há a necessidade de um reajustamento periódico dos salários, que possa corrigir o peso da inflação face ao custo de vida. Esta Casa, timidamente, conseguiu fazer com que a periodicidade dos salários fosse corrigida semestralmente. Entretanto, aqueles que são menos iguais não tiveram a oportunidade de ter os seus vencimentos com a mesma correção periódica, são os funcionários públicos. Os nossos funcionários públicos que, hoje, talvez, estejam vivendo um dos dias históricos de nosso País; momentos que todos nós vivemos, e espero que não continuemos na marcha de provocações,

sofrendo as provocações que o sistema, a cada dia, impõe a esta Casa e à Nação.

Só para dizer dos últimos dias, além dos casuismos que vêm; um a um, como um verdadeiro dominó sobre esta Casa, desde a sublegenda que foi aqui batida, desde, então, o pacote previdenciário, os inúmeros casuismos e, inclusive, através dos estadiuismos, casuismos dos estadiuismos que se tentam impor a esta Casa e à Nação; as prisões de padres desnecessariamente feitas neste País, e os posseiros que lutam por um pedaço de chão; o pacote eleitoral de que foi vítima esta Casa, ainda há pouco, quando o Partido do Governo, violentando a ética e um costume da Casa, impôs de uma forma abusiva e arbitrária a direção de uma Comissão Mista que, tradicionalmente, é dividida entre a Maioria e a Minoria.

E ainda agora acabamos de saber que acaba de ser condenado o nosso companheiro Genival Tourinho. E hoje é submetida, então, nesse clima de verdadeira tensão e terror, a equiparação, ou melhor, a correção dos salários do funcionário público.

É evidente que é exatamente essa escalada de terror que estimula e que gera os riocentros que não são apurados. Enquanto isso, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o funcionário público é submetido ao velho sistema romano em que os servos públicos eram, na verdade, um servo ou um escravo do povo. Entretanto, essa servidão veio se desenvolver nas instituições humanas, e hoje o funcionário conquistou, ou pelo menos devia ter conquistado, essa igualdade perante a lei que nós estamos impondo às outras categorias profissionais. E por isso nós, hoje — observem bem os senhores funcionários públicos — aqui está uma oposição unânime e disposta a votar pela correção da injustiça que lhe é feita. E observem bem se ao Partido do Governo interessa ou não corrigir essa injustiça, e depois que levem às suas bases, nos seus Estados, a informação correta do que aqui se passa, e lá informem sobre o comportamento de cada parlamentar — Deputado ou Senador — para saber quais são os verdadeiros inimigos e amigos do povo brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, temos feito aqui inúmeras denúncias das injustiças sociais praticadas contra o trabalhador brasileiro. Temos, também, trazido a esta Tribuna as mais justas reivindicações de todas as categorias profissionais. O movimento político-militar de 1964 provocou uma transformação sem igual no seio de cada uma delas, seja através da repressão — com a intervenção em seus sindicatos e entidades representativas, desaparecimento e prisão de seus líderes — seja através da exploração econômica com a política de “arrocho” salarial, sem falar na perda da estabilidade.

Dentre todos os problemas que afetam os trabalhadores, como a instabilidade, a ameaça de desemprego, as precárias condições de trabalho, um se destaca porque é através dele que se tenta garantir a sobrevivência diária: os baixos salários.

O que temos percebido, e que o povo precisa saber, é que há uma discriminação ímpar por parte das autoridades governamentais na medida em que não se adota uma política salarial igual para todos.

A exemplo do que conseguiram os trabalhadores, através de suas lutas, os funcionários públicos reivindicam agora a extensão dos benefícios da Lei n.º 6.708, de 30 de outubro de 1979, que concede o reajuste semestral, à sua categoria.

Desde 1964 que os servidores públicos foram praticamente esquecidos pelo Executivo e até por este Poder que integramos. Isto tem implicações de ordem moral, econômica e social em suas vidas. A exemplo de outras categorias não incluídas na política de reajuste semestral, reivindicam apenas tratamento igual.

Já na I CONCLAT, conferência realizada em São Paulo, em agosto último, os trabalhadores aprovaram várias propostas. E, dentre elas, a de lutar pela extensão aos servidores públicos de todos os benefícios concedidos às demais categorias.

Atendendo, portanto, às reais necessidades do funcionalismo público, visando corrigir as injustiças que vêm sofrendo desde 1964, o ilustre Senador Affonso Camargo apresenta uma proposta de emenda constitucional que estende a correção salarial semestral aos servidores municipais, estaduais e federais, dos três Poderes, civis e militares. É uma oportunidade única dada a este Congresso para se pôr um fim à esta discriminação com os servidores públicos.

Dia 2 de dezembro será votada a proposta. Várias caravanas de todos os Estados estarão aqui para solicitar aos parlamentares a sua aprovação. Estão unidos e organizados, buscando conquistar os seus direitos fundamentais.

Como diz o Senador, na justificativa de sua proposta, “os reajustamentos dos vencimentos dos funcionários públicos estão defasados em relação às taxas de inflação, às de aumento de salário mínimo e às de reajustamento dos salários das categorias profissionais de trabalhadores”. O espaçamento de 12 meses para o

reajuste salarial provoca, portanto, uma perda de poder aquisitivo muito grande. Neste ano, por exemplo, vigorando a partir de abril, o índice do custo de vida foi de 73%, enquanto o indicador oficial para Brasília (CODEPLAN) foi de 114,6%.

Foram adotados critérios e categorias, procurando, teoricamente, dar àqueles que percebem um salário menor um reajuste maior. Mas, na prática, todos foram e estão sendo prejudicados.

É aqui que queremos apresentar aos Srs. Deputados a situação especial em que se encontram os nossos colaboradores mais diretos: assistentes, secretários e auxiliares. Não são funcionários públicos, mas os acompanham em se tratando de seus reajustamentos e, no caso da aprovação desta emenda, serão igualmente beneficiados.

Desde abril deste ano, o secretariado parlamentar vem se reunindo e discutindo os seus problemas básicos. No contrato de trabalho são regidos pela CLT. Porém, só têm os deveres dos celetistas. Não possuem os mesmos direitos. Se assim fosse, receberiam o reajuste semestral, índice de produtividade e, inclusive, os 10% a mais sobre o INPC, pois percebem de 1 a 3 salários mínimos.

Como encaminhamento da luta que encamparam, estiveram reunidos com deputados que prometeram apoiar o documento básico elaborado pelo movimento, bastante fundamentado em dados, reivindicando 40% de reposição salarial. Esta representa exatamente a defasagem salarial sofrida e irá permitir que os salários reajustados em abril de 81 passem a ter o mesmo poder aquisitivo de abril de 80.

Estamos anexando a este pronunciamento os dados apresentados para que se tenha uma idéia real do problema e que se faça analogia com a situação de todos aqueles que não estão enquadrados na política de reajuste semestral. Eles mostram que o reajuste parcelado é mais uma forma de exploração usada contra o trabalhador.

Não é justo, Srs. Deputados, que não atendamos as reivindicações dos nossos funcionários. Seria até uma contradição com os princípios de todos os que se dizem democratas. A prática política só é humanista e justa se extensiva a todas as pessoas de um modo geral. Do contrário, não seríamos coerentes e sofreríamos um julgamento rigoroso dos que se encontram injustiçados. Os servidores da Câmara e do Senado têm também suas justas reivindicações a fazer. Eles têm sofrido nesta própria Casa uma discriminação de tratamento. Todos nós sabemos a importância destes valorosos auxiliares. Não gozam de nenhum benefício maior e estão sempre sujeitos e ameaçados de desemprego, quando o Deputado não considerar mais convenientes os seus serviços ou quando não é reeleito. Enfim, não têm a menor segurança.

O secretariado parlamentar encampa, também, a luta dos servidores públicos pelo direito ao reajuste semestral. Sem privilégios, apenas um direito, um tratamento igual.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. MODESTO DA SILVEIRA EM SEU DISCURSO

Exmos. Srs.

Deputados Federais

DD. Membro da Mesa da Câmara dos Deputados

Nesta

Considerando-se que o reajuste salarial para 1981, começando a vigorar em sua totalidade em abril/81, foi de 73%, enquanto o indicador oficial para Brasília, no mesmo período, (CODEPLAN) foi de 114,6%;

Considerando-se que a categoria não está sendo atendida pela semestralidade dos reajustes salariais dos empregados sob contratos CLT;

Considerando-se que a nova lei salarial contempla os empregados que recebem salários abaixo de três salários mínimos — faixa em que se encontra todo o pessoal de Gabinete Parlamentar — com um reajuste 10% superior ao índice de reposição do poder aquisitivo;

Considerando-se que o pessoal do quadro da Câmara, em níveis assemelhados, teve aumentos muito superiores ao do pessoal de Gabinete Parlamentar, sendo que o nível de salário inferior é beneficiado com o critério de aumentos maiores para salários menores (conforme anexo);

Considerando-se que entre abril a setembro deste ano o poder aquisitivo dos salários em Brasília, segundo a CODEPLAN (conforme anexo), caiu em 42,9%;

Os abaixo assinados, integrantes do Secretariado Parlamentar, interpretando um anseio de toda a categoria, vêm através deste reivindicar:

1.º — Reposição Salarial, a partir de dezembro de 1981, que permita que os salários reajustados em abril de 1981 passem a ter

o mesmo poder aquisitivo de abril de 1980. Conforme os dados de elevação do custo de vida, em Brasília, calculados pela CODEPLAN, este reajuste deve ser de 24% sobre os atuais salários (vide tabela em anexo), considerando ainda que esse percentual de 24% corrige apenas a perda do poder aquisitivo em 1 (um) ano e os salários corrigidos são também muito baixos para a função exercida pela categoria, solicitamos o acréscimo de mais 16% de aumento salarial, totalizando, portanto, 40% (quarenta por cento):

2.º — Que seja assegurado ao Secretariado Parlamentar que o reajuste a ser dado em 1982 incida sobre os salários reajustados em dezembro de 1981, conforme esta reivindicação;

3.º — Que seja pago o montante correspondente à perda ocorrida entre abril e novembro de 1981, conforme tabela em anexo.

Na oportunidade, apresentamos os protestos de alta consideração.

Atenciosamente.

PERCENTUAIS DE REAJUSTES DO PESSOAL DE GABINETE
PARLAMENTAR

Período 1981

Cargo	Janeiro/Março			Abril/Dezembro			
	Anterior	Reajuste	%	Anterior	Reajuste	%	
Assistente	19.687	26.577	35	19.687	34.058		Cálculo de 73 % sobre o Salário de Dez/1980
Secretária	13.125	17.718	35	13.687	22.706		
Auxiliar	6.552	8.858	35	6.552	11.352		

> Ver diferença dos percentuais concedidos entre pessoal de Gabinete Parlamentar e pessoal do Quadro de salários asse-
mulhados

ANEXO II

SITUAÇÃO ATUAL DOS VENCIMENTOS DO SECRETARIADO

PARLAMENTAR

CARGOS	SALARIO CLT	HORAS EXTRAS CLT	BRUTO	INPS	LÍQUIDO
ASSISTENTE	34.058	27.576	61.634	4.930,72	56.703,28
SECRETARIO	22.706	18.383	41.089	3.287,12	37.801,88
AUXILIAR	11.352*	9.657	21.585	1.726,80	19.858,20

*NOVEMBRO/81 - DIFERENÇA SALARIO-PESSOAL - 576,00.

ANEXO III

PERCENTUAIS DE REAJUSTE DAS REFERÊNCIAS 11, 27, 28 e 36Período: 1980 / 1981

1 9 8 0							
Referência	JANEIRO/FEVEREIRO			MARÇO/DEZEMBRO			Acumulado
	Anterior	Reajuste	%	Anterior	Reajuste	%	
11	3.542,00	4.427,00	25	4.427,00	5.533,00	31,2	56,2%
27	7.729,00	9.661,00	25	9.661,00	12.076,00	31,2	56,2%
28	8.117,00	10.146,00	25	10.146,00	12.682,00	31,2	56,2%
36	11.999,00	14.998,00	25	14.998,00	18.747,00	31,2	56,2%

1 9 8 1							
Referência	JANEIRO/MARÇO			ABRIL/DEZEMBRO			Acumulado
	Anterior	Reajuste	%	Anterior	Reajuste	%	
11	5.533,00	7.469,00	35	7.469,00	11.508,00	73	108%
27	12.076,00	16.302,00	35	16.302,00	21.978,00	47	82%
28	12.682,00	17.120,00	35	17.120,00	23.081,00	47	82%
36	18.747,00	25.308,00	35	25.308,00	34.119,00	47	82%

ANEXO IV

Outro fator preponderante é a desproporcionalidade existente entre os vencimentos dos assessores diretos dos parlamentares (secretariado) nas esferas federal, estadual e municipal. Todo o secretariado, aqui da Câmara, está com a remuneração muito aquém da do secretariado de quase todas as Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais. Para ilustrar melhor a situação, citamos alguns exemplos:

Assembléia Legislativa do RS

1 chefe de Gabinete	Cr\$ 140.000,00
1 assessor	Cr\$ 85.000,00
1 assessor	Cr\$ 75.000,00
1 motorista (c/ 12 diárias)	Cr\$ 60.000,00
Total: 4 assessores.	

Fonte: 1.º Secretário (verbalmente).

Assembléia Legislativa de SP

1 assessor Téc. Leg. Parlamentar	Cr\$ 110.000,00
1 assistente de Gabinete	Cr\$ 84.000,00
1 secretária	Cr\$ 64.000,00
1 auxiliar	Cr\$ 42.000,00
2 motoristas (aproximadamente)	Cr\$ 40.000,00 (cada um)
Total: 6 assessores.	

Câmara Municipal de SP

1 chefe de Gabinete	Cr\$ 140.000,00
1 assistente	Cr\$ 110.000,00
1 secretária	Cr\$ 86.000,00
1 auxiliar	Cr\$ 62.000,00
2 motoristas (aprox. diárias)	Cr\$ 40.000,00 (cada um)
Total: 6 assessores.	

Fonte: Assembléia Legislativa de SP e Câmara Municipal de SP (não oficialmente ou extra-oficialmente).

GDF - SEG
COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL
CODEPLAN

ANEXO VI

DISTRITO FEDERAL: Índice de Custo de Vida (Preços ao Consumidor), Segundo a Classificação Padronizada

E S P E C I F I C A Ç Ã O	NÚMERO ÍNDICE DE MARÇO (1973-1975=100)	VARIACÃO PERCENTUAL NO MÊS DE MARÇO		VARIACÃO ACUMULADA ATÉ O MÊS DE MARÇO		VÍPI TÍPO ACUMULADA EM SEIS MESES (Outubro/80 a Março/81)	VARIACÃO ACUMULADA EM DOZE MESES (Abril/80 a Março/81)
		1981	1980	1981	1980		
1. ALIMENTAÇÃO	2.272,9	4,5	6,4	20,5	18,1	54,5	113,9
1.1. Alimentação no Domicílio	2.274,9	4,6	6,5	20,4	18,2	54,6	113,7
1.1.1. Produtos Industrializados	1.580,5	5,0	5,7	24,5	15,5	60,8	127,2
1.1.2. Produtos de Elaboração Primária	1.724,2	1,6	-1,5	14,0	6,2	37,0	83,4
1.1.3. Produtos "In Natura"	4.419,3	7,9	17,5	23,2	37,3	70,1	137,2
1.2. Alimentação Fora do Domicílio	2.004,4	2,2	2,0	27,1	13,7	48,4	121,8
2. PRODUTOS NÃO ALIMENTARES	1.663,5	6,9	5,9	23,6	18,3	48,6	117,7
2.1. Produtos do Vestuário	1.477,8	2,0	5,0	17,8	15,8	46,9	117,0
2.2. Artigos da Residência	1.514,0	4,0	6,7	14,8	21,9	37,0	95,6
2.3. Produtos da Assistência à Saúde e Higiene	1.848,2	20,9	8,6	34,8	25,1	51,0	132,5
2.4. Produtos de Caráter Pessoal	1.849,9	4,0	2,9	32,7	9,5	65,2	133,4
3. SERVIÇOS PÚBLICOS E DE UTILIDADE PÚBLICA	1.704,0	8,8	0,8	19,9	12,1	55,4	114,0
3.1. Serviços Públicos	892,9	0,9	1,6	19,7	2,7	35,1	75,4
3.2. Transportes	2.343,0	13,7	0,3	19,4	17,9	66,7	135,9
4. OUTROS SERVIÇOS	1.335,2	7,0	5,2	17,8	11,6	36,8	103,7
4.1. Serviços do Vestuário	1.762,0	2,2	1,4	25,5	8,3	35,6	114,4
4.2. Habitação	1.034,4	1,8	5,9	8,7	13,8	18,5	75,2
4.3. Serviços da Assistência à Saúde e Higiene	1.805,6	3,5	-5,6	18,2	3,7	44,7	116,4
4.4. Serviços de Caráter Pessoal	2.322,3	15,7	8,7	28,6	11,8	60,3	136,6
GERAL	1.982,0	5,7	5,8	21,2	17,3	51,4	114,6

GDF - SEG
COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL
— CODEPLAN

ÍNDICE DE CUSTO DE VIDA (PREÇOS AO CONSUMIDOR)
DISTRITO FEDERAL
SETEMBRO/81

O índice de Custo de Vida (Preços ao Consumidor), calculado pela CODEPLAN para o Distrito Federal, apresentou alta de 5,7% no mês de setembro de 1981. A elevação decorre dos aumentos verificados nos diversos produtos e serviços que compõem o ICV (IPC), quais sejam: Alimentação (6,8%), Produtos Não Alimentares (5,1%), Serviços Públicos e de Utilidade Pública (0,4%) e Outros Serviços (4,0%).

O grupo Alimentação, com taxa de 6,8%, reflete as altas constatadas em Produtos "in natura" (9,0%), Produtos de Elaboração Primária (7,4%) e Produtos Industrializados (4,4%). Dentre

os produtos que mais contribuíram para as elevações citadas, destacam-se: Café (17,6%), Frutas (12,2%), Hortaliças e Legumes (12,0%), Arroz (10,1%), Bebidas (9,0%), Carnes Semi-Elaboradas (8,2%), Leites Industrializados (8,1%) e ainda Carne Fresca (7,5%). O subgrupo Alimentação Fora do Domicílio apresentou crescimento de 1,9%.

Já o grupo Serviços Públicos e de Utilidade Pública apresentou o menor crescimento do mês (0,4%), em decorrência da taxa de 0,9% contabilizada para Serviços Públicos. O subgrupo Transportes manteve-se inalterado.

O grupo Outros Serviços apresentou alta de 4,0%, em decorrência do aumento em Habitação (4,9%), Serviços da Assistência à Saúde e Higiene (3,7%) e Serviços do Vestuário 3,3%.

A variação acumulada nos últimos seis meses foi da ordem de 42,9%. De janeiro a setembro foi 73,2%, e nos últimos doze meses o Custo de Vida local cresceu 116,3%.

GDF - SEG
COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL
CODEPLAN

ANEXO VII

DISTRITO FEDERAL: Índice de Custo de Vida (Preços ao Consumidor), Segundo a Classificação Padronizada

E S P E C I F I C A Ç Ã O	NÚMERO ÍNDICE DE SETEMBRO (1973-1975=100)	VARIACÃO PERCENTUAL NO MÊS DE SETEMBRO		VARIACÃO ACUMULADA ATÉ O MÊS DE SETEMBRO		VARIACÃO ACUMULADA EM SEIS MESES (Abril/81 a Setembro/81)	VARIACÃO ACUMULADA EM DOZE MESES (Outubro/80 a Setembro/81)
		1981	1980	1981	1980		
1. ALIMENTAÇÃO	3.148,3	6,8	3,9	66,9	63,5	38,5	114,0
1.1. Alimentação no Domicílio	3.157,0	6,8	3,9	66,8	63,4	38,8	114,5
1.1.1. Produtos Industrializados	2.130,8	4,4	2,6	71,8	63,2	38,0	121,8
1.1.2. Produtos de Elaboração Primária	2.408,3	7,4	2,9	56,5	42,2	37,3	88,1
1.1.3. Produtos "In Natura"	6.204,0	9,0	6,6	72,9	91,4	40,4	133,8
1.2. Alimentação Fora do Domicílio	2.712,3	1,9	4,5	72,0	69,9	35,3	100,8
2. PRODUTOS NÃO ALIMENTARES	2.447,8	5,1	5,9	81,9	73,3	47,1	116,7
2.1. Produtos do Vestuário	1.825,9	4,0	6,6	45,6	71,1	23,6	81,5
2.2. Artigos da Residência	2.190,0	6,3	7,1	66,1	75,0	44,7	98,1
2.3. Produtos da Assistência à Saúde e Higiene	3.119,9	7,6	8,0	127,5	92,6	68,8	154,9
2.4. Produtos de Caráter Pessoal	2.930,0	2,1	1,5	110,1	54,7	58,4	162,6
3. SERVIÇOS PÚBLICOS E DE UTILIDADE PÚBLICA	2.477,4	0,4	1,1	74,3	54,3	45,4	126,0
3.1. Serviços Públicos	1.239,7	0,9	2,8	66,2	34,1	38,8	87,6
3.2. Transportes	3.400,6	0,0	0,0	73,3	66,8	45,1	141,9
4. OUTROS SERVIÇOS	2.035,1	4,0	5,3	79,5	66,2	52,4	108,4
4.1. Serviços do Vestuário	2.342,9	3,3	0,9	66,9	71,2	50,2	80,2
4.2. Habitação	1.554,1	4,9	6,3	63,3	68,3	50,2	78,0
4.3. Serviços da Assistência à Saúde e Higiene	2.752,1	3,7	7,4	80,2	54,9	52,4	120,8
4.4. Serviços de Caráter Pessoal	3.646,0	3,1	3,9	101,8	65,1	57,0	151,6
GERAL	2.831,3	5,7	4,5	73,2	66,3	42,9	116,3



GDF - SFG
COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL
CODEPLAN

ANEXO VII

DISTRITO FEDERAL: Índice de Custo de Vida (Preços ao Consumidor), Segundo a Classificação Tradicional

E S P E C I F I C A Ç Ã O	NÚMERO ÍNDICE DE SETEMBRO (1973-1975=100)	VARIÇÃO PERCENTUAL NO MÊS DE SETEMBRO		VARIÇÃO ACUMULADA ATÉ O MÊS DE SETEMBRO		VARIÇÃO ACUMULADA EM SEIS MESES (Abril/81 a Setembro/81)	VARIÇÃO ACUMULADA EM DOZE MESES (Outubro/80 a Setembro/81)
		1981	1980	1981	1980		
Alimentação no Domicílio	3.157,0	6,8	3,9	66,8	63,4	38,8	114,5
Alimentação Fora do Domicílio	2.712,3	1,9	4,5	72,0	69,9	35,3	100,8
Vestuário	1.873,2	4,0	6,3	46,7	71,2	24,1	81,6
Habitação	1.554,1	4,8	6,3	63,3	68,3	50,2	78,0
Artigos da Residência	2.190,0	6,3	7,1	66,1	75,0	44,7	98,1
Assistência à Saúde e Higiene	3.102,9	7,1	7,9	120,7	87,5	66,5	150,4
Despesas de Caráter Pessoal	3.101,5	2,4	2,2	108,6	57,8	58,0	160,0
Serviços Públicos e de Utilidade Pública	2.477,3	0,4	1,3	74,3	54,3	45,4	126,0
G E R A L	2.831,3	5,7	4,5	73,2	66,1	42,9	116,3

Fonte: CODEPLAN

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ruy Codo.

O SR. RUY CODO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Dentro do horário que me é permitido pelo Regimento, gostaria de fazer um apelo a todos os Srs. Congressistas, inclusive à platéia, para que em sinal de protesto faça um minuto de silêncio, porque esta Casa hoje, Sr. Presidente, está de luto. Um parlamentar de Minas Gerais foi condenado.

Peço a este Parlamento para que promovamos, aqui, de pé, um minuto de silêncio. Solicito a todos os parlamentares que, em nome de Genival Tourinho, que foi condenado pelo Supremo Tribunal, façamos um minuto de silêncio. (Pausa.)

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é lamentável que um parlamentar utilize seu horário para fazer um apelo desta natureza. Mas, num país onde Sua Excelência o Senhor Presidente da República prega a abertura democrática nacional, o Supremo Tribunal Federal condena o nosso companheiro.

Mas, Sr. Presidente, quero fazer um apelo daqui desta tribuna, em nome de milhões de funcionários públicos deste País — principalmente daqueles que deixaram os seus Estados, as suas cidades, viajando quilômetros, não medindo esforços — fazer um apelo a todo Congresso Nacional no sentido de que a emenda do nobre Senador Affonso Camargo seja aprovada esta noite.

Tudo indica, porém, Sr. Presidente, que essa emenda não será aprovada, lamentavelmente, porque uma grande parcela de parlamentares do Governo não compareceu esta noite, aqui, neste Plenário, para dar o seu voto favorável a essa emenda que vem recolocar aquilo que é mais sagrado na vida de um trabalhador, Sr. Presidente. Eu não sou favorável, Sr. Presidente, esta Casa sabe, e o Brasil inteiro já conhece a minha opinião a respeito do pagamento semestral. Sou contra ele porque é inflacionário. Tenho três projetos de lei que unificam os dissídios coletivos e determinam que se repasse 10% todas as vezes em que o custo de vida atinja 10%. Isto sim, não é inflacionário. Mas, a medida do Governo que aumenta semestralmente os salários, isso eleva cada vez mais o custo de vida.

Mas, melhor um pouco com Deus do que o muito com o diabo. Fico com esse pouco que esta emenda está dando aos funcionários públicos federais, estaduais e municipais, aos professores deste

País, enfim, àqueles que não tiveram, ainda, até agora, esse reajuste. Fico com esse pouco em benefício de todos os funcionários públicos. E tenho certeza de que toda esta Casa haverá de dar o seu voto favorável. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Olivir Gabardo.

O SR. OLIVIR GABARDO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Pediria a V. Ex.^a que considerasse como lido o manifesto preparado pelas Confederações de Servidores Públicos do Brasil, sob o título: "Reajuste Semestral de Salário — Nota ao Funcionalismo Público", e que vem assinado por várias Confederações e Associações, para que conste dos Anais desta Casa o pleito dos servidores da União.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

A injustiça é dolorosa, a discriminação também o é, mas quando a injustiça é prolongada, quando a discriminação é prolongada no tempo, ela se torna criminosa. E é isso que vem fazendo esse Governo, é um crime que comete contra os seus servidores ao prolongar a injustiça de não conceder, quando obrigou as empresas particulares a fazê-lo, o reajuste semestral para repor os salários corroídos pela inflação brutal que esse País assistiu nos últimos anos. É um crime que se comete, quando o Governo determina que as empresas privadas paguem esse reajuste, corrijam o salário de seus empregados, e uma injustiça é uma discriminação, não concedendo aos seus próprios, aos seus diretos servidores.

Há milhões de brasileiros, de famílias, que aí estão sofrendo os efeitos da injustiça e da discriminação deste Governo.

Mas, Sr. Presidente, o que alegam, neste instante, os porta-vozes do Governo, cuja ausência de Senadores é estranha no Plenário neste instante? Porque se o Governo comete essa injustiça contra os servidores brasileiros, é lamentável que parcela desse Congresso, da maioria do lado de lá, não compareça neste instante para repor a verdade salarial, para repor a injustiça que se está cometendo e se prolongando no tempo contra o funcionalismo público, para que não se continue essa discriminação.

Sr. Presidente, gostaria de dizer apenas mais uma palavra: de que o Governo agora, neste instante, pergunta se é possível

dar uma correção semestral, se não há caixa, se não há dinheiro? Mas como, Sr. Presidente, se há dinheiro para tanta coisa neste País: para financiar as exportações, para financiar as multinacionais?

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Peço a colaboração do nobre Deputado, porque o seu tempo já se esgotou.

O SR. OLIVIR GABARDO — Agradeço, Sr. Presidente e, finalmente, gostaria de perguntar também ao Governo se, em algum momento, o Governo perguntou às empresas particulares se tinham condição de pagar o reajuste semestral? Mas não perguntou. O Governo não pergunta nada a ninguém. É importante que passe a perguntar o que a Nação deseja neste instante, Sr. Presidente. Era isto que eu queria dizer: que o Governo passe a consultar a Nação para saber das suas aspirações, dos seus desejos. A Nação quer autodeterminar-se e não quer ser mais tutelada, depois de 17 anos de ditadura e de regime ditatorial neste País. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. OLIVIR GABARDO EM SEU DISCURSO:

NOTA AO FUNCIONALISMO PÚBLICO

Reajuste semestral de salários

O servidor público brasileiro tem sido, especialmente nos últimos anos, injustamente discriminado pela política salarial do Governo.

O estabelecimento do reajuste semestral para os trabalhadores de todas as categorias do setor privado foi uma forma, ainda que não satisfatória, de compensar parte da perda do valor real do salário. Todavia, por consequência de uma política salarial discriminatória e injusta, o reajuste semestral não atinge o funcionalismo.

Por isto, o servidor público foi o mais sacrificado pela política de arrocho salarial, tornando-se vítima de uma subtração nos seus rendimentos equivalente a 250%, tomando-se como referência o ano de 1964. Quem ganha hoje Cr\$ 10.000,00, deveria estar ganhando Cr\$ 35.000,00.

A proposta de reajuste semestral vigente foi o modo que o Governo encontrou de "simplificar o mecanismo de compensação da perda do valor real do salário, em decorrência do fenômeno inflacionário, de maneira que o reajuste se processe de modo automático", segundo suas próprias palavras.

Mas, incompreensivelmente, ele próprio excluiu o servidor público do benefício, deixando-o à mercê de fixações de índices de reajustes arbitrários, casuísticos, ao sabor da vontade do Poder, refletindo uma política tutelar.

Agora, entretanto, tramita no Congresso Nacional proposta de Emenda Constitucional, de n.º 62/81, já aprovada pela Comissão Mista do Congresso, a ser discutida e votada nos dias 1.º e 2.º de dezembro vindouros, assegurando ao servidor público o reajuste semestral.

A aprovação da emenda não é pacífica. Corre-se o risco do boicote, pelo não-comparecimento de Senadores e Deputados servís ao Poder, que entendem ser necessário e justo fazer o trabalhador arcar com as consequências da crise gerada pelo modelo econômico imposto ao povo brasileiro.

É, pois, da maior importância que os servidores públicos, através de suas entidades representativas, intensifiquem a mobilização no sentido de, com telegramas, telefonemas, comparecimento a Brasília nos dias da discussão e votação e outros meios ao seu alcance, pressionar os parlamentares a comparecerem ao Congresso, dando apoio à aprovação da referida emenda.

Participe. Você sabe como participar.

Relação das entidades que assinaram o Manifesto ao Servidor Público, pela concessão do reajuste semestral de salários aos servidores públicos:

- 1 — Confederação dos Servidores Públicos do Brasil;
- 2 — Confederação dos Professores do Brasil;
- 3 — Associação dos Funcionários Públicos Municipais de Goiânia;
- 4 — Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás;
- 5 — Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior;
- 6 — Associação dos Inspectores e Patrulheiros Rodoviários Federal em Goiás;
- 7 — Associação dos Servidores do DNER;
- 8 — Associação dos Servidores da OSEGO;
- 9 — Associação dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás;

10 — Associação dos Servidores da Previdência Social no Estado de Goiás;

11 — Associação dos Oficiais de Justiça de Goiás;

12 — Associação dos Funcionários do Legislativo Goianiense;

13 — Associação dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Anápolis;

14 — Centro dos Professores de Goiás;

15 — Associação dos Militares Inativos do Estado de Goiás;

16 — Associação dos Atendentes de Enfermagem do Estado de Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Getúlio Dias.

O SR. GETÚLIO DIAS (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Senhores Congressistas:

Faço, aqui, um registro de mais uma condenação de um homem público honrado, nesta sucessão de condenações do regime militar e dos seus tribunais. Também, ontem, como muitos, sofremos as punições do regime militar; experimentei alguns IPMs, experimentei algumas cadeias. Alguns já entregaram a vida, muitos foram mutilados. Deputados aqui estão que já foram também condenados e presos.

É apenas mais um civil, ungido pela vontade popular, pelo voto na urna, que recebe mais uma condenação do regime militar e dos seus tribunais.

Registro, aqui, o nome honrado desse combatente, Deputado que não está no meu Partido, que integra outra agremiação partidária, o bravo e honrado Deputado Genival Tourinho, de Minas Gerais. (Palmas.) Milhares de civis já foram cassados, presos, proibidos de votar, e o regime militar está aí, nos arreganhos de um pacote indecente que vai contar com a união do seu Partido, o PDS, que hoje surge como uma ARENA plorada, com dobradiça na espinha, para servir e ungir o regime militar que aí está, contra a vontade da maioria do povo brasileiro. (Muito bem! Palmas.)

Por certo, o PDS não estará aqui; foram contados e escalados os Deputados do PDS que aqui devem comparecer para não dar número à aprovação do reajuste semestral para os funcionários públicos. Mas o PDS está presente nas ações do Governo que concede aumentos periódicos aos militares, além das suas etapas, das suas etapinhas e das suas etapocas neste País das mordomias dos militares e dos civis que servem aos militares. (Muito bem! Palmas.)

Não importa, meus patrícios, que alguns militares, em nome das Forças Armadas, nos humilhem, nos desonrem, entreguem este País, às escâncaras, ao capital estrangeiro. Não importa! Eles sabem que o dia do Juízo Final dessa camarilha que chegou ao poder pelo golpe, e pelo golpe se mantém, tem um encontro marcado, e não vai ser com a geração do meu filho. Esse encontro, eu quero ter comigo mesmo, com a minha geração, para morrer tranquilo, para morrer satisfeito, para morrer honrado e saber que esta Oposição que foi espezinhada, golpeada, humilhada, presa, processada pelos tribunais do Governo, um dia vai-se levantar no patriotismo do povo, que aí, então, sim, vai restaurar neste País a sua dignidade de povo civilizado. Até lá, meus patrícios, a luta é de todos nós. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Com a palavra o nobre Deputado Hélio Duque.

O SR. HÉLIO DUQUE (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Brasileiros, no dia em que Genival Tourinho é condenado, no país do João Sem Medo de ontem, no País do João de Cleveland de hoje, às 10 horas e 30 minutos de hoje, na Câmara dos Deputados, desfilava em plena sessão do Congresso Nacional, sem gravata e sem terno, Joãozinho Trinta, um símbolo do Brasil de João de Cleveland.

A agressão que este Parlamento sofre na condenação de Genival Tourinho é uma agressão à nacionalidade, que toda ela está a sofrer, por parte de um grupo que do poder adonou-se, para tentar nele manter-se na ponta das baionetas, porque sabe que é invicto de urnas, porque sabe que não tem povo, porque detesta voto e tem um profundo desprezo pelo povo brasileiro.

E aqui, hoje, neste desprezo, estão os funcionários públicos brasileiros, e ainda hoje, à tarde, eu buscava, no Departamento de Limpeza Pública de São Paulo, esse dado, para demonstrar a justiça da emenda do Senador Afonso Camargo. O Departamento de Limpeza Pública de São Paulo, numa análise feita, em 12 anos, dos sacos de lixo em São Paulo, constatou que até 1970, 42% dos restos de lixo eram constituídos de alimentos, verduras, frutas e outros bens perecíveis. Hoje está em 18%, é a situação do brasileiro. E este dado é terrível e é perverso, porque a ele nós juntamos outros que pertencem à rede de supermercados Pão

de Açúcar; nos meses de janeiro e junho de 1981 e janeiro e junho de 1980, escolhidos os 33 produtos básicos que a classe média brasileira consome, a redução foi de 42% em relação à compra de alimentos básicos, porque o brasileiro não tem condições, o funcionário público não tem condições, o assalariado não tem condições de sobreviver numa economia inflacionária, concentradora de renda e dotada de uma perversidade social, onde ao brasileiro só se destina o direito de morrer de fome. Mas, brasileiros, que hoje aqui estão e daqui sairão frustrados, não há frustração em relação a este Parlamento, mas em relação àquilo que constitui a Maioria. Este projeto de vocês, hoje, será derrubado no Senado, e na Casa estão Senadores. Mas, agora, neste instante, na muralha que o Estado de São Paulo mantém, o Governador Paulo Maluf, às 20 horas e 30 minutos, dará início a um jantar com a presença de Deputados e Senadores do PDS.

Mas, aqui, para votar o projeto do Senador Affonso Camargo eles não estarão. E eu junto, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, um outro fato, aqui não estarão, mas, hoje, nesta triste República, um Senador biónico de biónico, assumiu o Senado da República, num verdadeiro crime histórico contra a própria tradição do Senado da República, assumiu por telex, e chama-se Octávio Cardoso, suplente do Senador Tarso Dutra.

É a este nível de submissão que se levou a sociedade brasileira, e hoje, aqui, já que a própria liderança do PDS, na Câmara dos Deputados, fechou questão contra esta emenda, eu quero lhes dizer que hoje ela não passará, mas um dia ela haverá de passar, porque ela é símbolo de justiça e sobretudo de alta densidade social em respeito aos funcionários públicos brasileiros. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Dentro do horário das breves comunicações, para o qual faltam apenas 3 minutos, concedo a palavra ao nobre Deputado Iranildo Pereira, que, por uma medida de justiça, falará os 5 minutos regimentais.

O SR. IRANILDO PEREIRA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Porque denunciou a existência de um grupo de generais que tentavam organizar um golpe militar nesta Nação, foi hoje condenado a seis meses de prisão o nosso bravo e corajoso companheiro Genival Tourinho. E está provado que S. Ex.^a não foi leviano, porque o golpe foi dado através deste imoralíssimo pacote eleitoral, que tenta cercear a liberdade do povo brasileiro, que, sem dúvida alguma, irá e irá se manifestar nas urnas de 1982 contra este Governo autoritário, prepotente, e entreguista que domina esta Nação.

Mais outro golpe se tenta dar hoje nesta Casa, agora contra o funcionalismo público. A emenda aí se encontra, juridicamente perfeita nas palavras do seu Relator que, diga-se de passagem, pertence ao Partido do Governo. Entretanto, o Governo que deseja massacrar a massa que se organiza, o Governo que não respeita os milhares de funcionários que se deslocaram de diversos Estados, para aqui virem assistir a este espetáculo, este mesmo Governo engavetou como ratos, nos seus gabinetes, Senadores que aqui não comparecerão na hora da chamada para aprovar o projeto de tanto interesse para a classe do funcionário público.

Mas, quero dizer aos funcionários aqui presentes que algumas conquistas foram obtidas através da obstinação e da organização. Os professores conseguiram a aposentadoria, embora frustrada uma ou duas vezes, porque se organizaram e pressionaram; conseguiram que o PDS se curvasse à pressão dessa gente.

Se hoje esse PDS, partido da submissão, não aprovar o reajuste semestral, tenho esperança de que para o ano ou depois de 82, quando as Oposições forem maioria nesta Casa, os servidores públicos terão o seu reajuste e a remuneração justa, compatível com as suas necessidades e a sua capacidade de trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, aqui se encontra a totalidade dos parlamentares do PMDB e dos outros partidos de Oposição; aqui se encontram os Senadores da Oposição. Que o Governo se responsabilize, porque se houver derrota a culpa é única e exclusivamente do Governo que comandou a retirada dos seus parlamentares. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marcos Freire, que falará como Líder do PMDB no Senado da República.

O SR. MARCOS FREIRE PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra, pela Liderança do Partido Popular no Senado Federal, ao nobre Senador Affonso Camargo. (Palmas.)

O SR. AFFONSO CAMARGO (Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Realmente, há dias em que a democracia sofre grandes perdas e os fatos que atingiram o nosso companheiro de Partido, Deputado Genival Tourinho e, também, o nobre Senador Teotônio Vilela são prova disso. E o nosso temor, Sr. Presidente, é que a democracia venha a ter mais uma derrota nesta noite, conforme for o comportamento desta Casa com relação a essa proposta de emenda, que não é a rigor da minha autoria. As propostas de emenda não têm autoria, elas têm apenas o primeiro signatário. Essa proposta de emenda foi assinada por 47 Srs. Senadores e por 299 Srs. Deputados, mais de 2/3 de cada uma das Casas do Congresso. Essa proposta foi apresentada, porque era o único caminho legal que tínhamos para definir e deliberar sobre essa matéria financeira. O normal é que o fosse por um projeto de lei ordinária mas que, hoje, a Constituição não permite. Essa proposta de emenda foi aprovada por unanimidade na Comissão Mista, que é formada por 12 Parlamentares do PDS e 10 Parlamentares da Oposição.

O Sr. Tancredo Neves — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. AFFONSO CAMARGO — Com grande prazer e grande honra dou o aparte ao Presidente do meu Partido, Senador Tancredo Neves. (Palmas.)

O Sr. Tancredo Neves — Valho-me da presença do nobre coreligionário nesta tribuna para congratular-me com S. Ex.^a pela sua feliz iniciativa em submeter à consideração do Congresso Nacional esse projeto de emenda constitucional que visa trazer à remuneração da nobre classe dos servidores públicos do Brasil um mínimo de justiça. Dedicados à nação, dedicados aos seus encargos eles não vêm encontrando compreensão da parte daqueles que deveriam ser os primeiros, neste instante, a promover medidas que trouxessem a recomposição dos seus salários aviltados por esse terrível processo inflacionário, que nos avilta e de que o Governo é o único responsável. Quero, ainda, aproveitar a oportunidade para trazer aqui a nossa solidariedade a esse bravo coreligionário de partido e companheiro de lutas políticas no meu Estado, que é o Deputado Genival Tourinho. (Palmas.) Homem da maior honrabilidade pessoal, parlamentar dos mais ilustres, cidadão exemplarmente devotado às causas do povo, a sua condenação, em verdade, é uma injusta punição a sua dignidade cívica. Não posso também deixar de trazer, em nome do Partido Popular, a nossa solidariedade ao PMDB e ao eminente Senador Teotônio Vilela — mais do que a nossa solidariedade o nosso protesto por essa incrível discriminação de que ele hoje foi alvo. Não foi ele o atingido, foram todas as Oposições deste País. (Palmas.) Não foi ele o atingido, foi esta própria instituição que as Oposições, de muito tempo, vem se esforçando para que sobre ela não caiam os vexames que a têm diminuído, pela ação daqueles que tudo fazem para reduzir a sua importância, o seu prestígio, e a sua projeção. Deixo aqui, mais uma vez, os agradecimentos do Partido Popular a V. Ex.^a por essa patriótica iniciativa que hoje traz ao Congresso Nacional, na sua nobre preocupação, de fazer justiça aos funcionários públicos do Brasil. (Muito bem! Palmas.)

O SR. AFFONSO CAMARGO — Agradeço o seu aparte, eminente Senador Tancredo Neves. Informo que não pretendo me estender porque cada liderança poderia falar por 20 minutos, mas há famílias de servidores públicos que estão nas galerias desde às 18 horas e não há realmente o que se discutir sobre esta matéria. Até o momento ninguém se colocou contra ela. (Muito bem! Palmas.) Nenhuma liderança do Governo afirmou por que não vai aprová-la. A nossa expectativa, porque esta é uma Casa que deve ensinar a democracia, é de aqueles que apoiaram e assinaram a proposta de emenda, aqueles que apoiaram na Comissão Mista, venham aqui porque ainda há tempo. Esta matéria é singela, apenas fala em dar ao servidor público um reajuste na mesma periodicidade que se dá ao trabalhador da empresa particular. Em suma, isso aqui diz que a inflação atinge a todas as famílias. Nós sabemos, e por isso os combatemos, que os tecnocratas só pensam em números e não pensam nas pessoas; eles não estão preocupados com as famílias. Mas uma proposta de emenda constitucional não é votada por tecnocratas, é votada por políticos, por Senadores e Deputados (Muito bem!) Ela não está sujeita a sanção do Poder Executivo. E nós não podemos entender que, na hora em que todos dizem que são a favor desta matéria, não tenhamos aqui em Plenário os trinta e quatro Senadores dos quarenta e sete; duzentos e onze Deputados dos duzentos e noventa e nove para aprovar uma medida justa, que todo o funcionalismo público está esperando. Muito obrigado a V. Ex.^a (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra, pela Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro na Câmara dos Deputados, ao nobre Deputado Juarez Furtado.

O SR. JUAREZ FURTADO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Constituição rasgada, minuto a minuto, pela ditadura, pela prepotência que reina no País após o Golpe de 1964.

-- Emenda n.º 62 ao art. 98 da Constituição, que está prestes a mostrar quem é quem no Congresso Nacional. Mas estaremos nós, funcionários públicos nesta Casa, apenas reivindicando o reajuste semestral que a Constituição Federal já marca, já diz, que "todos são iguais perante a lei", no seu art. 153.

Por que a discriminação? Por que se está ferindo a Constituição? Por que se está legalizando a escravidão que se está exercendo? E por que, Srs. Congressistas, se está instituindo nesta Nação o regime de "Pára" e eles falam em abertura?

Que abertura é esta, Srs. Congressistas, se não querem, sequer, dar aquilo que eles próprios tentaram dar e não estão dando na sua Constituição? É para isto que aqui estamos, para lhes dizer que a nossa luta não se iniciou aqui; a nossa luta já há muito está iniciada, porque não são só os direitos reclamados no reajuste semestral que queremos. Queremos, também, o 13.º salário; queremos, também, os Estatutos — para não continuarmos com o AI-5 que aí está, que são os atuais Estatutos — prometidos pelo DASP para dezembro de 1980 e até agora não chegados a esta Casa, porque os Delfins, os Golberys, os Jaires e tantos outros desta Pátria não querem dar, não querem mandar ao Congresso Nacional.

Por isso temos que continuar, realmente, unidos para que em breve tenhamos a sindicalização, para nos ajudarmos, para, unidos, fazermos a nossa greve, e mostrarmos à Nação que a união faz a força; força é poder; poder é glória, e glória é vitória, vitória de uma classe massacrada por esse Governo que aí está. Por isso nós temos que continuar a lutar por uma anistia ampla, geral e irretrita, não essa desanistia que aí está, demonstrando que realmente os anistados desta Pátria foram aqueles que mataram, que exilaram, que realmente trouxeram o horror à nossa Pátria.

E nós temos que continuar unidos para termos também um teto, para mostrarmos que o nosso dinheiro tem que ser devolvido em habitação. É por isso que nós vamos sair daqui vencedores de qualquer maneira, porque já estamos demonstrando à Nação que a sindicalização aqui está, através da nossa conscientização, através da nossa organização, da nossa integração e da nossa mobilização. É por isso que vamos sair daqui para dizer à Nação que venceremos de qualquer maneira, porque atingiremos 1982 de cabeça erguida, demonstrando que sabemos o que queremos.

A Sra. Lúcia Viveiros — V. Ex.^a me concede um aparte?

O SR. JUAREZ FURTADO — Com muita honra.

A Sra. Lúcia Viveiros — Eu quero me congratular com o discurso de V. Ex.^a, mas quero fazer minhas as palavras que sei que esta galeria precisa: que todos os oradores inscritos desistam, porque é necessário que os funcionários públicos brasileiros ouçam os omissos, os covardes, que não vão votar. (Palmas.) Eu quero fazer minhas as palavras do grande estadista Lincoln, que já dizia: "Pode-se enganar parte do povo todo o tempo; pode-se enganar todo o povo parte do tempo; mas ninguém pode enganar todo o povo todo o tempo." E para este Brasil, que está aqui representado, ofereço o slogan do Partido Popular do meu Pará, de pires, porque nós estamos sem comida, sem emprego, sem escolas, mas levamos um porrete na mão, contra os traidores, contra os vendilhões do Brasil, contra os omissos. Aqui, nesta noite triste, escreve-se a história de homens que estão lavando as mãos e de outros homens que estão matando o Cristo, que é o povo brasileiro.

O SR. JUAREZ FURTADO — Sr. Presidente, não poderíamos parar aqui; temos vinte minutos. Esperamos quantos anos, Srs. Funcionários. Não é por mais dez, mais quinze ou mais trinta minutos que vamos desistir. Vamos persistir até o último minuto, porque queremos provar aos Delfins da vida que há dinheiro, o que não há é vergonha; o que não há é capacidade deste Governo. E se há dinheiro, nós temos que mostrar os quadros levantados pelas próprias instituições do Governo, a Fundação Getúlio Vargas, DIEESE e tantas outras. Isto que aqui está foi levantado e mostrado à Nação. O que eles não querem é dar ao funcionário público os seus direitos. Se o próprio mecanismo arrecadador propicia recursos suficientes para a correção automática dos vencimentos dos servidores, em geral, é evidente a imperiosidade dessa reposição salarial, porquanto os reajustamentos que vêm sendo feitos já confiscaram parte sensível da remuneração.

Não podemos mais continuar com uma defasagem, Srs. Deputados e Srs. Senadores, com uma defasagem que o Governo diz que é de 100%; mas, para nós, funcionários, temos, aqui, os quadros: é de 327%. São dados fornecidos pelo DIEESE, tirados esses dados da Fundação Getúlio Vargas, dados do próprio Governo.

Por que, então, essa discriminação? Por que nós continuarmos rasgando a Constituição? Por que não darmos, então, aos Srs. Funcionários, às Sras. Funcionárias, aquilo que eles pretendem? Por isto, então, nós temos que nos autovalorizar. Nós temos que mostrar que estamos com uma nova mentalidade e que executaremos, daqui para a frente, uma ação concreta, real, no sentido de sensibilizar o desgoverno que aí está, para atender às nossas justas reivindicações. Para isto, é preciso que nós não esmoreça-

mos, e não vamos esmorecer, porque confiamos no funcionalismo público. Aprovado ou não o reajuste semestral, nós seremos vencedores, porque só o fato de aqui estarmos, já demonstra, que há essa vitória.

Temos que enterrar as cabeças, muito especialmente dos Senadores do lado de lá, que estão presentes na Casa, porque ainda há pouco votavam quase que *in totum*, no Senado da República, e agora não vieram a esta Casa.

Estão na Casa, esperando; esperando o quê? Naturalmente, que os senhores funcionários lhes digam: "Basta, chega de prepotência, chega de ditadura! Não nos curvemos mais a eles, porque o Regime tem que acabar!"

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Para orientação dos Srs. Congressistas, eu devo adverti-los que ainda existem inscritos 3 Líderes de Partido, que terão 20 minutos cada. Além disso, mais 4 Srs. Congressistas, estão inscritos para encaminhar a votação.

Eu faço um apelo no sentido de que haja maior velocidade nos pronunciamentos, para que se evitem maiores problemas nesta sessão.

Concedo a palavra, pelo Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, ao Líder Aírton Soares.

O SR. AIRTON SOARES (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A liderança do Partido dos Trabalhadores desiste de seu pronunciamento. (Muito bem!)

Sr. Presidente, só registramos que a posição do Partido é uma posição de denúncia diante da omissão do Governo, uma posição de denúncia diante da omissão dos parlamentares do Governo. Uma recomendação aos funcionários públicos: que se lembrem desses episódios, quando forem votar em 15 de novembro de 1982, se tivermos eleições.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha. Fazendo soar a campanha.) — Solicito a colaboração dos funcionários que acompanham a nossa sessão. É evidente que a ajuda deles será em seu próprio benefício, porque a sessão se desenrolará mais rapidamente.

Concedo a palavra, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, na Câmara dos Deputados, ao nobre Deputado Jorge Cury.

O SR. JORGE CURY (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

"Vox Populi, Vox Dei" — A voz do povo é a voz de Deus! Se as galerias estão pedindo votação, o Partido Trabalhista Brasileiro, reverente à vontade popular, apenas vem à tribuna para definir a sua posição, no sentido de dizer que está ao lado do funcionalismo e do povo brasileiro em todo o instante e em todas as ocasiões.

Eram estas as palavras que definem a nossa posição. Muito obrigado e desejo saudar o funcionalismo pela sua unidade, pela sua coesão e que não percam as esperanças, porque haverá de um dia esta Nação ainda ver ralar o sol da liberdade. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra, em nome da Liderança do Partido Popular, na Câmara dos Deputados, ao nobre Deputado Rubem Dourado.

O SR. RUBEM DOURADO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas e Srs. Funcionários Públicos:

Aqui está esta Casa, mais uma vez, com o sentido profundo da denúncia da omissão por aquele Governo fardado, porém não eleito, aquele governo que comanda e que dirige os interesses nacionais, mas que abandona os interesses do povo brasileiro.

Falarei poucos minutos, eis que precisamos votar a matéria...

O Sr. Antônio Mariz — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUBEM DOURADO — Antes, porém, desejo trazer aqui, em nome do Partido Popular, na Câmara, a solidariedade irretrita à condenação daquele que denunciou a violência, que é o Deputado Genival Tourinho, lembrando também o voto do Almirante Bierrenbach, ao reafirmar à Nação, a vergonha histórica do episódio da tragédia do Riocentro. Desejamos lembrar também que a violência, praticada por esses que assumem o poder ou que têm o dever de policiar aquelas transgressões da lei, permitiu que se processassem violências que não foram sequer punidas.

Todavia, Sr. Presidente, a simples palavra, a simples colocação de um pequeno discurso, nesta Casa, pode resultar na condenação de um legítimo representante do povo.

Assim sendo, o Partido Popular traz a sua irrestrita solidariedade, como já o fez através do Presidente Tancredo Neves, à condenação injusta, indevida, do companheiro Genival Tourinho.

E, em seguida, Sr. Presidente, darei, em alguns minutos, a posição do partido em relação à emenda. Antes, porém, desejo ceder a palavra, por dois minutos, ao Deputado Antônio Mariz, representante da Paraíba e vice-Líder do Partido Popular nesta Casa.

O SR. ANTÔNIO MARIZ — Deputado Rubem Dourado, V. Ex.^a traduz, com veemência e precisão, o sentimento do Partido Popular. Quero, tão-somente, expressar aqui também, a minha solidariedade ao Deputado Genival Tourinho e ao Senador Teotônio Vilela. A violência que se pratica contra o Deputado, em nome de uma lei discricionária, a Lei de Segurança Nacional, e a violência política que se pratica contra o Senador, na verdade, não é a eles que se dirigem, mas, contra a instituição parlamentar, contra o Poder Legislativo, contra o Congresso Nacional. Do mesmo modo, a violência que se arma nesta noite contra os servidores públicos, a violência que se consubstancia na exclusão dos funcionários da República dos benefícios da correção semestral dos salários não é só contra os servidores públicos que se pratica; é uma violência contra todos os trabalhadores brasileiros, contra a Nação brasileira. Têm a nossa solidariedade.

O SR. RUBEM DOURADO — Agradeço a palavra, Deputado Antônio Mariz, reafirmando que o Partido Popular, assim como toda a Oposição, nesta Casa, esteve, está e estará ao lado do povo. O partido do Governo, como sempre omisso, esperando as aprovações pelo decurso do prazo, quando interessa ao Governo, e ausentando-se sistematicamente, quando se trata de projeto de interesse popular.

Srs. Congressistas, Srs. Funcionários presentes, anotem, vejam, para poder julgar, além de todos os golpes processados nesta Nação, qual é o partido, quais são os representantes do povo que iludem e que traem às necessidades do trabalhador brasileiro. Vejam as cadeiras do partido do poder e vejam as cadeiras da Oposição. Aqui, o cumprimento do dever; ali, a oposição aos interesses, mais o apoio à direção de um Governo que, nem sequer, deseja ser votado livremente pelo povo.

E, ainda hoje, como foi aqui anunciado, foi nesta Casa uma violência contra um Senador da Oposição, proibido pelo Partido do Governo de presidir a Comissão que analisa as próximas leis eleitorais.

Srs. Congressistas, desejo encerrar as minhas palavras, eis que não usei mais do que 7 minutos, tendo direito a 20. Desejo que esses 13 minutos que faltam para eu falar, que sejam uma lembrança desta galeria, que lembrem-se após, nos 13 minutos, quais são os parlamentares omisso, aqueles que fogem à responsabilidade do seu mandato. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Alceu Collares, como Líder do Partido Democrático Trabalhista.

O SR. ALCEU COLLARES (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A nossa solidariedade ao companheiro de atividade parlamentar, Genival Tourinho, mais uma vítima do arbítrio, da força, da intolerância, do ódio, que têm dominado e presidido estes quase 18 anos de obscurantismo no Brasil.

Se imaginam que, com cada prisão, com cada cassação, com cada tortura, com cada exílio, podem sufocar o processo de resistência democrática no País, estão absolutamente equivocados. A sombra de cada um que cai, não de se levantar 30, 40, 50, 60 mil, 1 milhão, os 120 milhões de brasileiros para protestar contra isso que está aí, e exigir as mudanças necessárias para que ao povo retorne o direito de ele mesmo governar este País.

O nosso repúdio ao comportamento de intolerância antidemocrático, grosseiro, que tiveram integrantes do PDS para com o Senador Teotônio Vilela, na Comissão Mista que examinará um outro monstro que aqui estará presente, dentro do Congresso, para outro golpe militar que se processará, somando-se a tantos que têm se abatido sobre a Pátria brasileira.

O nosso protesto pela ausência, aqui, dos Senadores que deveriam estar votando a emenda que concede a semestralidade dos vencimentos dos servidores públicos, aqueles que fazem funcionar a máquina administrativa deste País e que, dentre todos os segmentos, são os mais judiados, são os mais injustiçados, os mais esmagados de todos os segmentos da sociedade brasileira.

O nosso repúdio ao comportamento do PDS e a nossa conchamação aos companheiros servidores públicos que se mobilizaram de todos os pontos do País para aqui chegar; não voltem para suas casas frustrados; não há frustração na luta política; não há decepção na luta política; cada passo que se dá é um passo que se avança de resistência para demolir, para destruir o processo ditatorial que se abateu sobre este País.

Companheiros servidores públicos, se hoje, nós não conseguirmos a semestralidade, conseguiram vocês uma das grandes vitórias, porque fizeram uma das mais fascinantes, uma das mais comoventes mobilizações dos servidores públicos.

Amanhã, quando outra emenda, quando outro projeto aqui tramitar, para repor os direitos sociais que são sonegados aos servidores públicos, já não seremos mais apenas 5 ou 6 mil, já seremos 30, 40, 100, 200, 500, 1 milhão, todos os servidores públicos a clamar com uma voz só contra tudo isso que aí está.

E, companheiros servidores públicos, com os omisso, com os que aqui não quiseram comparecer, temos um encontro marcado no dia 15 de novembro, nas urnas, onde nós vamos vencer, onde o povo brasileiro, onde os servidores públicos não mais vão exercer o protesto coletivo como em 1974 e 1978. Em 82, na hora da urna, vamos exercer a vingança coletiva contra aqueles que usurpam os nossos direitos. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Está encerrado o período destinado para breves comunicações.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 62, de 1981, que altera o art. 98 da Constituição Federal, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 118, de 1981-CN, da Comissão Mista.

A Discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta realizada ontem, às dezenove horas e quarenta minutos, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Vamos passar à votação.

Para encaminhar a votação, estão inscritos três Srs. Deputados, que terão cinco minutos, cada um, para falar.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Renato Azeredo.

O SR. RENATO AZEREDO (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

De pronto, atenderia à convocação que me é feita de desistir da palavra, não fora o dever imperioso de vir à tribuna, sem desejar discutir uma decisão da mais alta Corte de Justiça do meu País, não poderia eu deixar de vir aqui, fixar uma posição da Bancada do Partido Popular, em uma homenagem ao Deputado Genival Tourinho, cidadão probo entre os mais probos, digno entre os mais dignos, honrado entre os mais honrados, idealista, e um homem que, ao longo dos anos, sempre buscou realizar tudo aquilo que pudesse trazer para Minas e para o País um pouco de benefício.

Mas há uma coisa que me alegra, neste instante, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, é a certeza que tenho de que Minas Gerais absolveu Genival Tourinho, e que o Brasil absolveu Genival Tourinho, conhecedor das suas qualidades, conhecedor daqueles predicados que ornaram a imagem de um cidadão brasileiro.

Desejo ser rápido e, para tanto, quero deixar, aqui, fixada a homenagem do Partido Popular, a solidariedade do Partido Popular, e peço, neste instante, a todos os congressistas que aqui se encontram que prestem a Genival Tourinho, a maior e a melhor das homenagens que se poderia prestar: votarmos e fazer com que seja aprovado este projeto que visa dar um pouco de solidariedade, um pouco de apoio a esses funcionários públicos que construíram a grandeza deste País, mercê de um trabalho constante e permanente.

Srs. Congressistas, vamos aprovar este projeto por todos os títulos, por seu merecimento e, também, para homenagear a Genival Tourinho.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao último congressista inscrito, nobre Deputado Freitas Nobre.

O SR. FREITAS NOBRE (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Para que a Nação conheça a covardia dos que assinam mas não respeitam a assinatura, o melhor encaminhamento de votação é a votação. (Muito bem! Palmas.)

(Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha. Fazendo soar as campainhas.) — Encareço, mais uma vez, a colaboração das galerias. Vamos entrar na parte crucial da sessão, que tem que ser feita na mais perfeita ordem.

Vai-se passar à votação da proposta.

A Presidência esclarece que, sendo a Proposta de Emenda à Constituição n.º 62, de 1981, de iniciativa do Senador Affonso Camargo, a votação da matéria, como de todos os incidentes a ela relativos, deverá ser iniciada pelo Senado Federal.

Vai-se proceder à chamada dos Srs. Senadores, do Norte para o Sul, votando os líderes em primeiro lugar.

Como vota o Líder do PDS, Senador Nilo Coelho? (Pausa.)

Como vota o Líder do PMDB, Senador Marcos Freire?

O SR. MARCOS FREIRE — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Como vota o Líder do PP, Senador Evelásio Vieira?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Sim.

O Sr. Marcos Freire — Peço a palavra, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marcos Freire, para uma questão de ordem.

O SR. MARCOS FREIRE (Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Gostaria de esclarecer que o Senador Evandro Carneira, bem como o Senador Paulo Brossard encontram-se em missão no exterior, como delegados junto à ONU.

(Continua a votação.)

(Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Esta Presidência, mais uma vez, chama a atenção das galerias. Desejamos a colaboração de todos. Fomos informados — e não acreditamos — de que existem objetos a serem lançados no plenário. Acho que — não podendo acreditar nesse tipo de informação — é a hora da demonstração da seriedade do povo brasileiro.

O Sr. Ailton Soares — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Ailton Soares.

O SR. AILTON SOARES (Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A informação que temos é que estão infiltrados, dentre os funcionários presentes, alguns agentes incumbidos de arremessar ovos contra todo o Plenário que está aqui, inclusive a Oposição.

Por isso, Sr. Presidente, não sei qual a providência que seria possível. A grande maioria, quase a totalidade dos que aqui estão, é de funcionários, servidores públicos. Estou falando isto na qualidade de Líder do Partido dos Trabalhadores, mas temo que haja por trás alguns elementos que estejam aqui a serviço do Governo, para desmoralizar esta Casa.

Por isso, Sr. Presidente, peço a V. Ex.^a e peço às galerias que elas mesmas policiem aqueles que estão aí ao lado, para evitar que os ovos sejam arremessados.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — A melhor providência, nobre Deputado, é a confiança que o Congresso Nacional deposita nas galerias que representam o povo brasileiro. Espero que esta Sessão seja um exemplo de que o nosso povo é ordeiro.

(Prossegue a chamada.)

REPONDEM A CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Marcos Freire — Líder do PMDB
Evelásio Vieira — Líder do PP
José Guimard
Alberto Silva
Mauro Benevides
Agenor Maria
Cunha Lima
Humberto Lucena
Teotônio Vilela
Dirceu Cardoso
João Calmon
Nelson Carneiro

Roberto Saturnino
Itamar Franco
Tancredo Neves
Franco Montoro
Orestes Quércia
Henrique Santillo
Lázaro Barboza
Valdon Varjão
José Fragelli
Mendes Canale
Saldanha Derzi
Affonso Camargo
José Richa
Leite Chaves
Jaison Barreto
Pedro Simon

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — O voto do Presidente vale para o quorum.

Vou anunciar o resultado.

Votaram "SIM" 28 Srs. Senadores.

Não se obteve quorum. A matéria deixa de ser votada na Câmara dos Deputados, sendo a sua votação adiada.

Esclareço ao Plenário e às galerias que o prazo de tramitação da emenda é até 29 de março de 1982.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 25 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ALBÉRICO CORDEIRO NA SESSÃO DE 28-9-81 E QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ALBÉRICO CORDEIRO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Apenas o registro de um assunto que não é novo nesta Casa, pois se trata de matéria que vem sido debatida, que vem sendo discutida a nível nacional, mercê de ser um problema local, mas que é de conhecimento de muitos parlamentares e de algumas autoridades do Governo.

Discute-se muito sobre ecologia, defesa do meio ambiente. Outro dia a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, através de alguns parlamentares que integram a Subcomissão da pesca, esteve em Alagoas. Éramos dez deputados fomos verificar a situação das lagoas Mundaú e Manguaba, que estão praticamente condenadas — quase diria que já estão mortas — pela poluição e envenenamento.

O que vimos — e aqui há deputados que lá estiveram conosco — trouxemos ao conhecimento do Governo Federal, do Conselho de Segurança Nacional e do Serviço Nacional de Informações.

Estou achando um pouco estranho que até agora nenhuma providência tenha sido adotada.

O Jornalista Alberto Jambo, do **Jornal de Alagoas**, trata, na edição de 24 de setembro de 1981, do assunto todos os seus aspectos em todos os seus ângulos.

O meu pronunciamento é para solicitar a transcrição do artigo do Jornalista Alberto Jambo no **Jornal de Alagoas**.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ALBÉRICO CORDEIRO EM SEU DISCURSO:
SALVEMOS A LAGOA

Já tem conotações de lugar comum, de fato corriqueiro, o tipo de reclamação que fez, há dois dias, o pescador José Pereira da Silva, Presidente da Colônia de Pescadores Z-3, de Coqueiro Seco.

O já cansado reclamo daquele homem do povo a líder comunal, posto que presidente de um sindicato de classe, não se assemelha aos pleitos comuns classistas ou às pretensões, geralmente de características político-partidárias ou ideológicas, que sempre são melhores ouvidas por quem de direito.

Não se pode negar que já estamos dando alguns passos no sentido de conferir uma melhor proteção ao ambiente, muito embora a legislação existente no país ainda esteja em posição que muito deixa a desejar, mormente no que concerne aos desrespeitos do capital contra a maioria da comunidade.

É ocioso profligar o desmatamento indiscriminado e ao talento da ganância do proprietário de terra, sabendo-se que, infelizmente neste País — e muito particularmente em Alagoas — o que mais interessa é o enganoso avultamento de riquezas pessoais em detrimento do restante da comunidade.

Nesta circunstância, nem se reclama mais contra o desmatamento e o uso indiscriminado de inseticidas e fertilizantes que aumentam riquezas e destroem a qualidade da vida.

A legislação não define muito bem esta "interferência" na propriedade privada, o que empresta aos inimigos da vida uma aparente legalidade e aos funcionários do governo, responsáveis pela observância da Lei, a cômoda posição de não parecerem arbitrários nos chamados casos omissos.

Em verdade, neste particular, o que se persegue mesmo, como um apanágio de todos, é a omissão.

Mesmo assim, ante as dificuldades legais e face às comodidades pessoais, se há de convir que a omissão da Lei e dos homens também, necessariamente, tem que ter um limite.

Não será difícil às autoridades do meio ambiente em Alagoas, seguindo os termos e índices das denúncias feitas pelo pescador, chegar às fontes de poluição da Lagoa Mundaú, a mais velha e permanente protetora da comunidade pobre de Maceió, Pilar, Marechal Deodoro e localidades às suas margens.

Não se trata, evidentemente, de impor as punições amenas apontadas pela Lei às indústrias que poluem o ambiente. O de que se trata, como fato urgente, como necessidade inarredável, é de proteger a natureza tendo como objetivo primordial o bem estar do homem, e, principalmente, do homem mais carente.

Não se está discutindo o direito de propriedade das terras, delimitadas e ditas de fulano e de sicrano. Não se está questionando a liberdade do industrial de conduzir a sua fábrica conforme a sua vontade.

O de que se trata é da defesa do inalienável direito à vida facultado a ricos e pobres e que, a despeito de interpretações equivocadas, não é nem mesmo privilégio de uma geração.

Muito pelo contrário — é dever das gerações atuais protegerem não apenas a vida contemporânea, mas, legá-la, preferencialmente, em melhor qualidade, para os seus pósteros.

Matando-se a lagoa não se estará acabando ou emprestando apenas o acidente geográfico. O que se estará perpetrando, infelizmente à vista grossa de muitos, será um crime contra a humanidade.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	2.000,00
Ano	Cr\$	4.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	2.000,00
Ano	Cr\$	4.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 950 052/5, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE 32 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00